

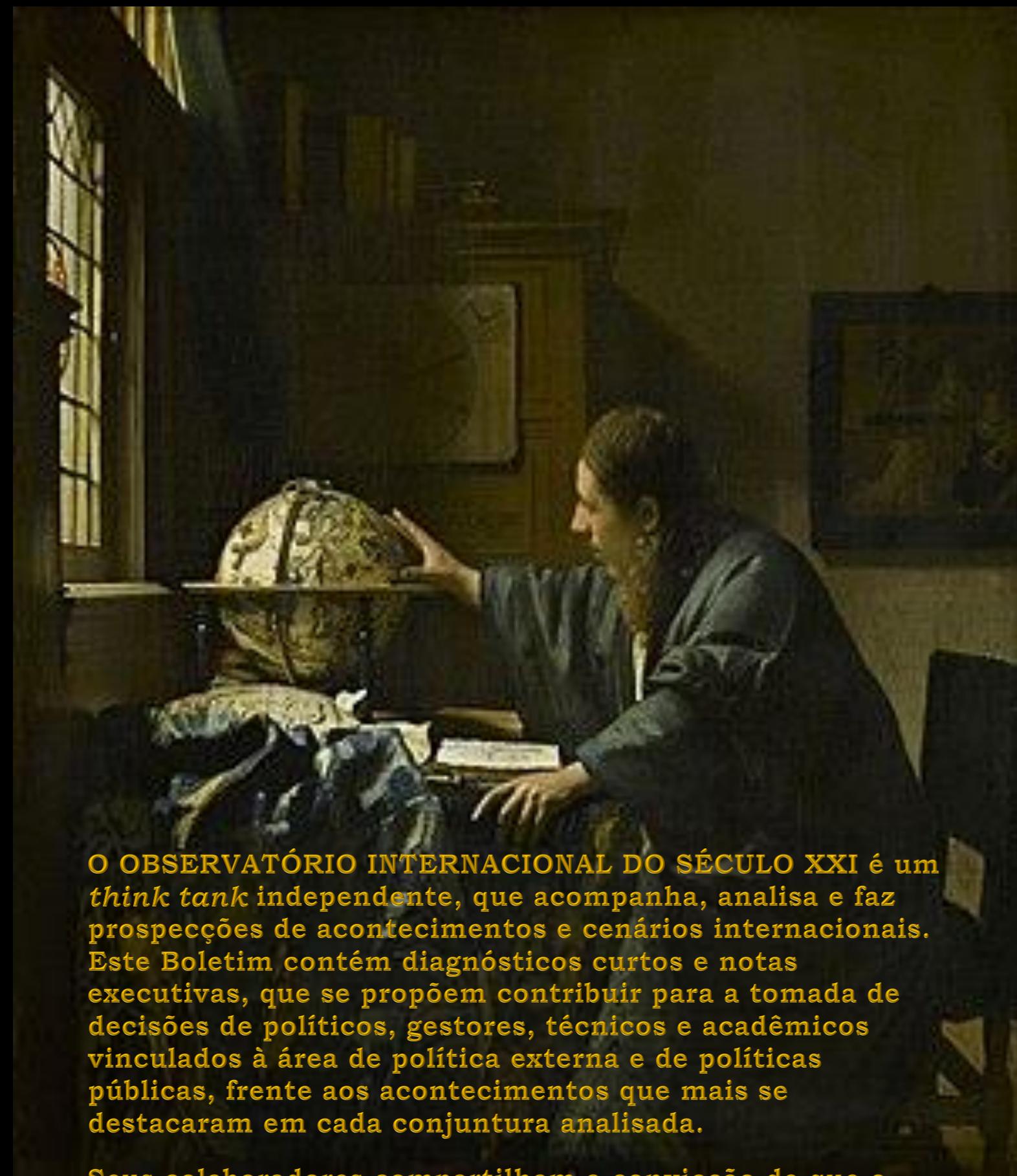


OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº5 - Maio/2024



A EROSÃO DO OCIDENTE



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



**OBSERVATÓRIO
INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº 5 - Maio/2024

COMITÉ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Elias Jabbour
Flavio Aguiar
Georges Flexor
José Luís Fiori

Karina Kato
Katalina Barreiro Santana
Mauricio Metri
Nelson Delgado
Wagner Sousa

Foto de capa: <https://terramagna.com.br/blog/erosao-do-solo/>

SUMÁRIO

A CRISE AGUDA E O DECLÍNIO CRÔNICO DO OCIDENTE

Por José Luís Fiori 7

GUERRA HEGEMÔNICA E FUTURO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Por Daniel Barreiros 11

A CRISE ANGLO-AMERICANA

Por Andrés Ferrari Haines..... 15

PARA ENTENDER O DECLÍNIO DA FRANÇA

Por Wagner Sousa..... 21

FRANÇA E ALEMANHA: DANÇA E CONTRA-DANÇA.

Por Flavio Aguiar 24

A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA EUROPEIA.

Por Wagner Sousa.....27

O INSUCESSO DAS “SANÇÕES FINANCEIRAS” DOS EUA E DA UE

Por Mauricio Metri..... 6

O IRÃ AMEDRONTA ISRAEL E GOLPEIA O “OCIDENTE”

Por José Luís Fiori 10

FILIPINAS: A MAIS NOVA ZONA DE ATRITO ENTRE EUA E CHINA

Por Wagner Sousa..... 14

A VIAGEM DE XI JINPING E AS FRATURAS NO PROJETO EUROPEU

Por Daniel Barreiros 17

A CHINA E A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA AFRICANA” (2)

Por Elias Jabbour..... 20

DESAFIOS ALIMENTARES NA ÁFRICA SUBSAARIANA (ASS)

Por Georges Flexor, Karina Kato, Nelson Delgado.....23

A “MULTIPOLARIDADE”: UMA DISPUTA VIOLENTA E INDEFINIDA.

Por José Luís Fiori 26

A CRISE AGUDA E O DECLÍNIO CRÔNICO DO OCIDENTE

Por José Luís Fiori

Em outubro de 2023, ao voltar de uma viagem relâmpago a Israel, para dar apoio ao primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, o presidente norte-americano Joe Biden afirmou, num discurso feito no Salão Oval da Casa Branca, que “o mundo está vivendo uma virada histórica, porque a ordem mundial do pós-IIGM perdeu fôlego, e é necessário construir uma nova ordem”.¹ Quase no mesmo momento, na comemoração do décimo aniversário da “Nova Rota da Seda”, realizada em Pequim nos dias 17 e 18 de outubro de 2023, os presidentes Xi Jinping, da China, e Vladimir Putin, da Rússia, defenderam em conjunto a necessidade de “uma nova ordem mundial que respeite a diversidade das civilizações”.² Um pouco antes, na véspera da 18ª Cúpula do G20, realizada em Nova Delhi, em setembro de 2023, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi publicou um artigo em vários jornais do mundo propondo “uma nova ordem mundial pós-pandêmica”.³ Por fim, de forma ainda mais categórica, Joseph Borrel, Chefe da Política Externa da União Europeia, declarou em fevereiro de 2024, “que a era do domínio global do Ocidente chegou ao fim”.⁴ Uma manifestação e um reconhecimento categórico dos líderes das cinco principais potências do mundo. No entanto, por trás desse aparente consenso escondem-se grandes divergências conceituais e políticas.

Para começar, eles não estão falando necessariamente da mesma coisa, nem do mesmo período histórico, porque existiram pelo menos duas grandes “ordens” ou “ordenações mundiais” que se sucederam, a contar do fim da Segunda Guerra Mundial. A primeira vigorou entre 1945 e 1991 e foi apoiada pelas duas potências que saíram vitoriosas da IIGM: EUA e URSS. Foi, no entanto, arquitetada de fato e liderada pelos EUA, graças à sua supremacia atômica conquistada em Hiroshima e Nagasaki, e graças à sua supremacia econômica consagrada pelos Acordos de

¹ Reuters, UOL Notícias, 23/10/2023, <https://uol.com.br>

² Ministry Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 18/10/2023, fmprc.gov.br

³ “A nova ordem pós-pandemia”, <https://www.estadao.com.br>, 07/09/2023.

⁴ “Era do domínio global do ocidente chegou ao fim”, 26/02/2024, sputniknewsbr.com.br

Bretton Woods, que fizeram do dólar americano a moeda de referência da economia capitalista mundial. Fazem parte desta primeira “ordem mundial” quase todas as instituições multilaterais surgidas a partir da criação das Nações Unidas, em outubro de 1945, ao lado do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio, da Organização Mundial da Saúde, para citar as mais importantes.

A crise dessa “ordem mundial”, entretanto, começou já na década de 70 do século passado, quando os EUA abandonaram os Acordos de Bretton Woods e se descomprometeram, unilateralmente, com relação à paridade entre o dólar e o ouro que havia sido definida por eles mesmos, em 1944. O abandono do “padrão dólar” veio junto com a primeira grande crise econômica do mundo capitalista do pós-IIGM, que atravessou as décadas de 70 e 80 e foi marcada por sucessivos “choques do preço do petróleo” e aumentos da taxa de juros norte-americanas. Houve, ainda, a derrota dos EUA na Guerra do Vietnã, em 1973, e foi por isto que naquele momento muitos analistas internacionais falaram, pela primeira vez, de uma “crise terminal da hegemonia norte-americana”. Mas logo em seguida, como resposta a essa crise, os EUA lançaram uma ofensiva militar contra a URSS, que veio acompanhada pela grande “revolução conservadora” dos anos 80, que se desfez dos compromissos “keynesianos” e “desenvolvimentistas” do pós-IIGM e abriu as portas para o avanço de um novo projeto econômico global liderado pelas potências anglo-saxônicas: o neoliberalismo, que avançou como um tufão, ajudando a derrubar o Muro de Berlim e acabando com a bipolaridade estratégica da Guerra Fria. E na década seguinte, os EUA se aproveitaram de sua nova posição de poder e assestaram um último e definitivo golpe na “ordem multilateral” que eles haviam criado, no momento em que atacaram a Iugoslávia, em 1999, sem autorização prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A mesma coisa que voltariam a fazer em 2003, quando invadiram o Iraque sem contar com o aval do Conselho de Segurança e, desta vez, com a oposição da maioria absoluta da Assembleia Geral da ONU. E foi assim que se encerrou, de forma definitiva e melancólica, a primeira “ordem mundial hegemônica” do pós-IIGM; e foi nesse momento, e não mais tarde, que o Conselho de Segurança da ONU perdeu toda e qualquer eficácia e legitimidade, por obra de seus próprios criadores.

Nascia então uma nova “ordem mundial”, sustentada agora pelo poder unipolar dos EUA, conquistado através de suas vitórias na Guerra Fria, em 1989/91, e na Guerra do Golfo, em 1991/92. Nessa nova ordem unipolar, os EUA se reservaram desde o início o

direito unilateral de fazer “guerras humanitárias”, e de declarar e atacar o “terrorismo” em qualquer lugar do mundo, segundo seu exclusivo arbítrio, e já sem nenhuma preocupação com as Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, que foram sucateados literalmente em 1999. Este novo poder global unipolar dos EUA potencializou ainda mais o projeto econômico neoliberal de abertura e desregulação dos mercados e globalização das finanças mundiais, que passaram a ser geridas, em última instância, pelo Banco Central dos EUA e seu sistema SWIFT de intermediação financeira e pagamentos internacionais.

Esta segunda “ordem mundial” – unipolar e neoliberal – do pós-Guerra Fria começa a perder fôlego a partir da grande crise financeira de 2008, que abalou a economia americana e atingiu em cheio a economia europeia. Foi ali que começou o chamado processo da “desglobalização” da economia mundial, que viria a se acelerar com a pandemia de covid-19, com a guerra econômica dos EUA contra a China e, sobretudo, com o início da Guerra da Ucrânia, em 2022. E mais ainda, depois do fracasso da aposta ocidental numa verdadeira guerra de sanções econômicas contra a Rússia, que não alcançou seu objetivo e ainda por cima produziu um efeito bumerangue sobre a economia europeia, que entrou num profundo e prolongado processo de estagnação econômica.

Muito antes de tudo isto, entretanto, as “guerras sem fim” dos EUA, que começaram no final do século XX, desvelaram aos poucos uma “dimensão oculta” dessa nova ordem mundial, escondida por trás da retórica da globalização: a construção de uma infraestrutura militar global, com mais de 700 bases militares distribuídas ao redor de todo o mundo, e controlada diretamente pelos EUA, mesmo no caso de organizações regionais como a OTAN. Ou seja, aos poucos foi ficando mais claro que a condição sine qua non do projeto da globalização econômica, sem limites nem fronteiras, era a instalação de uma nova espécie de “império militar global”, um segredo que foi guardado a sete chaves pela retórica missionária do neoliberalismo defendido por EUA, Inglaterra e seus sócios do G7. E é precisamente esse projeto militar global dos EUA e da OTAN que está sendo desafiado pela ascensão militar da China, pela resistência do Irã e pelo limite que lhe foi imposto pela Rússia, primeiro na Geórgia, em 2008, e depois na Ucrânia em 2022. E é essa ordem mundial “imperial cosmopolita” que está “perdendo fôlego” e já entrou em acelerado processo de desintegração.

Assim mesmo, quando Joseph Borrel declara que “a era do domínio Ocidental acabou”, ele está se referindo a uma outra crise, muito mais complexa, profunda e prolongada: a crise do poder e da hegemonia ocidental no sistema internacional que os europeus

conquistaram e dominaram, de forma quase absoluta, nos últimos 300 anos. Para se ter uma ideia aproximada do tamanho e do impacto dessa crise, basta lembrar que no início do século XX, logo depois da I GM, o Império Britânico tinha uma extensão de 35,5 milhões de km² e ocupava 23,84% da superfície terrestre. Junto com os impérios coloniais de França, Bélgica, Portugal e Holanda, o Ocidente europeu chegou a dominar cerca de 40% do território e da população mundiais. Hoje, entretanto, a Inglaterra está ameaçada de perder seu domínio sobre a Escócia e a Irlanda, por onde começou de fato o Império Britânico. A França está sendo expulsa da África e já não é mais do que um simulacro da potência imperial que foi no passado, e o mesmo deve ser dito dos demais Estados europeus que sobrevivem escondidos atrás da proteção atômica da OTAN. Sendo que, nas últimas duas décadas, os próprios Estados Unidos vêm sofrendo sucessivas derrotas militares e fracassos políticos no Iraque, na Síria, no Afeganistão, na Ucrânia, para não falar de sua própria “guerra civil-eleitoral” interna. Ao mesmo tempo, assistem paralisados ao desgaste progressivo de sua credibilidade moral, graças ao apoio militar e financeiro que deram ao massacre do povo palestino da Faixa de Gaza.

Como consequência desses sucessivos reveses, o “velho Ocidente”, que era considerado sinônimo da “comunidade internacional” até bem pouco tempo atrás, vem perdendo força e legitimidade, e hoje não tem mais capacidade de impor seus critérios, seu arbítrio e poder sobre o resto do mundo. Mesmo assim, não há o menor sinal de que este “Ocidente reduzido” esteja disposto a abrir mão do poder que acumulou nos últimos séculos. Além disso, a História ensina que as grandes potências e os impérios não costumam ceder seu poder sem resistir, sem guerrear.

GUERRA HEGEMÔNICA E FUTURO DO SISTEMA INTERNACIONAL

Por Daniel Barreiros

Depois de vinte e seis meses de guerra, e diante da mais completa falência da diplomacia até o momento, a Europa oriental segue conflagrada pelo embate entre as forças armadas da Rússia e da Ucrânia. A despeito dos mais severos protestos - alguns dos quais bastante inequívocos - os países membros da OTAN seguem firmes em seu intuito de armar Kiev até que se faça terra arrasada. Em tempo, o rearmamento europeu - e particularmente alemão - segue a intenso galope, o que sugere firmemente que o coração da “civilização” está prestes a render-se ao barbarismo, caso isso se faça necessário para que juntem os cacos de prestígio que ainda lhes restam. Em Gaza, a despeito da mais direta condenação a Tel-Aviv - partindo inclusive de seus aliados históricos, como o governo norte-americano -, o massacre de civis segue. Um ataque à embaixada do Irã em Damasco, realizado pela força aérea israelense, resultou em um contra-ataque de mísseis vindos do território iraniano, contra Israel. Condenações morais e apelações ao “direito internacional” abundaram em todos esses casos. São tempos de ouvidos moucos, contudo.

Uma leva de golpes militares acelera a circulação de poder entre elites internacionais que mantêm a África ocidental sob sua influência: saem os franceses, entram os russos; norte-americanos perigam, e chineses - como virou praxe - avançam mais algumas casas. Os golpes foram condenados com base em cláusulas democráticas presentes em acordos de integração regionais, e no Níger, a ameaça de uma invasão para “restauração da ordem” por parte dos membros da CEDEAO (alinhados a Washington e Paris) só foi contida por uma coalizão com Burkina Faso e Mali (notoriamente alinhados a Moscou).

E no Extremo Oriente, ronda o espectro do conflito entre Pequim e Taipé. O acordo AUKUS coloca a Austrália como ponta de lança das potências ocidentais na contenção aos avanços geopolíticos chineses. Tóquio e Seul preparam-se aceleradamente para uma guerra que se anuncia a conta-gotas. A vitória de Biden na eleição de 2022 mostrou parte expressiva da elite política e

militar norte-americana em uma corrida contra o tempo para reverter os danos causados pelo retrenchment promovido por Donald Trump entre 2017 e 2021. O retorno do trumpismo pode reverter mais uma vez essa trajetória, instigando potências revisionistas a ocuparem mais espaços vazios.

Estariamos às vésperas de uma guerra hegemônica?

Com o tabuleiro geopolítico global sendo chacoalhado por grandes e médias potências, com a dificuldade de Washington de promover ações que preservem seu nível relativo de poder militar e econômico em comparação com seus principais desafiadores, e com o nítido colapso da hegemonia ético-moral de sucessivos governos norte-americanos na esfera internacional, estaria aberto o pregão para uma sucessão hegemônica nos próximos cinquenta anos?

O conceito de guerra hegemônica foi sugerido originalmente por Gilpin, ainda que seu mecanismo mais elementar remonte ao gênio de Tucídides, no século V antes da Era Comum. Em resumo, entende-se que uma guerra hegemônica é uma confrontação de vastas dimensões entre as principais potências de um determinado sistema internacional, organizadas em dois blocos, provocada pela crescente percepção do crescimento diferencial em termos de poder militar, influência, riqueza material e tecnologia de uma ou mais potências revisionistas, quando comparadas à potência hegemônica. Rejeitando o pressuposto de que o sistema internacional é anárquico, a noção de guerra hegemônica assume que em momentos de relativa estabilidade, o sistema é organizado em uma pirâmide hierárquica de poder, encimada pela potência hegemônica.

Mudanças em termos econômicos e tecnológicos podem, aos poucos, enfraquecer as bases que organizam a hierarquia internacional, tornando desse modo a posição do hegemôn contestável. Em suma, em determinadas condições estruturais, o hegemôn se depara com custos crescentes para preservação de sua hegemonia, enquanto os demais agentes do sistema atestam que o custo do alargamento de seus graus de liberdade se reduz. Isso produziria algo como uma “situação revolucionária”, na qual eventos localizados, e teoricamente com repercussões restritas, se tornam gatilhos para deflagrar um radical processo de revisão das estruturas hierárquicas do sistema, através de uma guerra ou série de guerras de proporções sistêmicas, envolvendo agentes em vários níveis da pirâmide de poder em transformação.

A possibilidade crescente de uma guerra hegemônica seria evidenciada por “sintomas” bem discerníveis. Primeiramente, indicadores de poder e riqueza de determinadas potências dispostas

a rever as regras do sistema crescem a taxas aceleradas, se comparados à potência hegemônica. A percepção da perda relativa de poder (e não absoluta) torna as elites políticas, econômicas e militares no controle da potência hegemônica propensas a reações extremadas e menos cautelosas, tendo em vista a restauração do status quo ante. As dificuldades de alinhamento incondicional de potências médias e pequenas ao hegemônico faz crescer ainda mais a angústia entre os agentes decisórios e formuladores de política da potência hegemônica a respeito da possibilidade de preservação de seu status sistêmico no médio prazo. A crescente percepção de que potências revisionistas avançam rapidamente em seu processo de catching-up, com demonstrações de maestria em tecnologias disruptivas e sensíveis, funciona como um atrator, tornando menos prováveis reações de acomodação em relação aos desafiantes.

As consequências de processos dessa natureza - como a Guerra dos Trinta Anos (1619-1648) e a Primeira Grande Guerra (1914-1918) - são uma profunda redefinição institucional em termos éticos, políticos e econômicos do funcionamento da hierarquia internacional de poderes, bem como a emergência de uma nova potência hegemônica. Ainda que o futuro possa reservar destinos distintos, em termos históricos, a principal potência vitoriosa tende a ativamente transformar as instituições domésticas das potências derrotadas, de modo a moldá-las à sua imagem e semelhança. Muito se tem dito a respeito da impossibilidade de guerras hegemônicas na era nuclear, mas não temos provas de que os estadistas tenham modificado substancialmente seus objetivos e métodos, exceto por uma maior parcimônia em usar a força contra potências nucleares. Mas, diante de uma percepção de perda de hegemonia incontornável, não temos garantias de que potências não recorrerão à violência, mesmo que eventualmente não recorram aos seus arsenais nucleares. Se em qualquer caso os estadistas de uma potência hegemônica entenderem que precisam frear o avanço de seus competidores através da violência antes que sua vantagem econômica e militar em relação aos adversários seja criticamente diminuída, eles provavelmente o farão.

O desafio tecnológico e econômico chinês, o reinício da competição estratégica em espaço orbital e extra-orbital, a disputa em torno de tecnologias disruptivas - inteligência artificial, ciborguização, armas letais autônomas, computação quântica, biotecnologia -, os riscos em termos de poder e riqueza representados pelo envelhecimento demográfico diferencial no globo, entre outros, formam um quadro estrutural que chama a atenção como ambiente propício para a deflagração de uma guerra hegemônica. Não faltam indícios de que, nos marcos desse quadro

estrutural, uma conjuntura de turbulência está em curso atualmente. Se ela resultará numa confrontação pela hegemonia sobre o sistema, só o tempo dirá.

Mas que uma advertência seja feita: se a experiência histórica pode servir de referência, guerras hegemônicas podem exaurir mortalmente ambas as coalizões em confronto, e isso ainda se torna mais provável caso um futuro confronto venha a envolver uma troca nuclear de amplas proporções. No caso de uma vitória pírrica de uma coalizão em uma guerra hegemônica, os graus de liberdade de agentes não envolvidos diretamente na disputa podem se expandir assimetricamente. A vitória de Atenas sobre Esparta na Guerra do Peloponeso não confirmou a hegemonia ateniense; antes, deixou terra arrasada, garantindo aos macedônios, uma terceira parte não envolvida, todo o espólio. Para determinadas potências médias e pequenas, a equidistância pode ser uma estratégia com máximo retorno.

A CRISE ANGLO-AMERICANA

Por Andrés Ferrari Haines

“Quando movimentos de direita e retoricamente populistas como o Brexit e líderes como Trump venceram as eleições em 2016, triunfaram nos dois países que tinham sido fundamentais para o longo esforço para criar e sustentar uma ordem internacional liberal”

Com esta frase James Cronin, professor do Boston College, conclui seu novo livro sobre a queda da chamada ordem liberal internacional ¹. Apontando para o iliberalismo que emergiu no Reino Unido e nos Estados Unidos, nações que considera como eixos essenciais dos valores liberais e democráticos globais, Cronin destaca a natureza interna da decomposição da ordem liberal – além das ameaças bem conhecidas de autocracias estrangeiras. E o que chama a atenção nesse sentido é que as causas apontadas por Cronin persistem atualmente.

Enquanto o Partido Republicano liderado por Donald Trump é apresentado como favorito nas eleições deste ano nos Estados Unidos, David Cameron, que lançou o complicado processo do Brexit, é o atual chanceler britânico de um governo que parece estar a dar os últimos suspiros da recente era conservadora. Por um lado, tanto o regresso ao poder do Partido Trabalhista como de Trump podem ser vistos como mudanças significativas, por outro lado, uma parte considerável da sociedade em ambos os países afirma não ter esperança em qualquer resultado eleitoral.

Após a “vitória” do modelo liberal com o colapso da União Soviética, as políticas económicas aplicadas pelos governos de ambos os partidos deixaram a maioria da sociedade em dificuldades e com poucas perspectivas de melhoria. Externamente, grande parte do mundo não-ocidental mostra sinais de se afastar dos países anglo-saxónicos, independentemente de quem seja o seu líder político.

¹ *Fragile Victory: The Making and Unmaking of Liberal Order*. New Haven: Yale University Press, 2023

1. A frente doméstica

No Reino Unido, a pobreza afeta uma grande parte da população, sendo que 56% das pessoas que a vivenciam pertencem a uma família com emprego. Em particular, chamou a atenção o fato de o país ter registado o maior nível de pobreza relativa infantil entre as economias avançadas, no período de 2014 e 2021, afetando cerca de 4,3 milhões de crianças. Este contexto gerou também um aumento anual de 15,8% entre outubro e dezembro de 2023 na taxa dos sem-abrigo. Outro efeito é que a Associação das Lojas de Conveniência afirmou que em 2023 os furtos quintuplicaram em relação ao ano anterior – principalmente carne, álcool e doces.

Este quadro estrutural da pobreza britânica explica certamente o motivo pelo qual uma sondagem recente do YouGov concluiu que, para as próximas eleições, o Partido Trabalhista tem uma vantagem de 30 pontos sobre os Conservadores, que, de acordo com outra sondagem, teriam um novo mínimo histórico de votos. No entanto, a mudança de governo não é razão para pensar que o Reino Unido abandonaria a política de austeridade dos conservadores vigente desde 2010.

De acordo com declarações do gabinete sombra do Partido Trabalhista, um novo bloqueio fiscal será imposto por lei, sujeitando todas as alterações fiscais a uma previsão do Gabinete de Responsabilidade Orçamental – uma das principais instituições de austeridade criadas por Cameron em 2010. O Secretário de Saúde Sombra, Wes Streeting delineou planos para reformar ainda mais o NHS, através de mais privatizações e mercantilização.

O quadro é semelhante nos Estados Unidos. Em abril, um inquérito mostrou que quase metade da população acredita que a economia está indo na direção errada (o dobro dos que pensam o contrário), enquanto cerca de 42 por cento dizem que a sua situação financeira piorou no ano passado, e 47 por cento dizem que a sua situação financeira piorou no ano passado. De acordo com um relatório da Universidade de Harvard, aproximadamente 650.000 americanos viveram sem-abrigo em algum momento do ano passado, um aumento de quase 50% desde 2015. Uma pesquisa da Pew Charitable Trusts descobriu que 90% dos americanos acreditam que o país está a passar por uma crise de saúde mental. As tensões também se revelam no número recorde de suicídios e no fato de cada vez mais americanos acreditarem que uma nova guerra civil é possível.

Biden, por sua vez, comemora o sucesso da sua gestão econômica; muitos analistas consideram que o país dá sinais de estagflação, dada a combinação de um crescimento anual de 1,6%

com uma inflação persistentemente elevada (3,5% em março). No entanto, com base na atual medida de inflação da Reserva Federal, um dólar compra 20% menos hoje do que em 2020; mas utilizando o método empregado no início da década de 1980, a inflação atual seria quase o triplo do que é atualmente reportado.

A economia tem falhado consistentemente em assegurar crescimento, embora Biden tenha incluído políticas de gastos elevados na sua agenda através de grandes pacotes fiscais, como o Plano de Resgate Americano (US\$ 1,9 trilhões), a Lei Bipartidária de Infraestruturas (US\$ 1,2 trilhões) e a Lei de Redução da Inflação (US\$ 750 bilhões) entre 2021 e 2022.

A possível chegada de Donald Trump não parece alterar este quadro econômico – para além do fato de o seu projeto de expulsar os imigrantes ilegais ser bem recebido por uma parte considerável da população americana. Trump prometeu mais uma vez grandes cortes de impostos à alguns dos doadores mais ricos do país, tal como fez com a sua reforma fiscal de 2017, quando reduziu tributos para eles e também para as grandes empresas. Várias destas disposições expirarão em 2025, pelo que Trump propõe a sua continuidade.

Outro impacto econômico a considerar deste corte é o que o Centro de Orçamento e Prioridades Políticas acaba de salientar, ou seja o fato de que estes cortes de impostos de Trump, bem como os de Bush anteriormente, "corroeram seriamente a base de recursos do nosso país". Os esforços econômicos colaboraram para uma explosão da dívida nacional, que atualmente ascende a quase 34,6 trilhões de dólares.

Esta tendência, que já tinha acelerado com medidas para enfrentar a crise de 2008, tornou-se ainda mais intensa sob Biden: a dívida nacional aumentou cerca de 6,8 trilhões de dólares desde que ele assumiu o cargo em janeiro de 2021. Os pagamentos da dívida em 2024 atingirão 870 bilhões de dólares – mais do que o orçamento do Pentágono – um aumento de 32 por cento em relação a 2023. Durante a próxima década, o plano orçamentário do presidente, as receitas federais excederiam os 70 trilhões de dólares, mas Biden propõe gastar 86,6 trilhões de dólares.

De acordo com o Comitê de Orçamento do Congresso, os déficits orçamentais anuais estão numa trajetória ascendente explosiva. Assim, o déficit de 1,6 trilhão de dólares projetado para 2024 seria de 2,6 trilhões de dólares (2034), 4,4 trilhões de dólares (2044) e 7,3 trilhões de dólares em 2054 – ano em que a dívida do governo federal totalizaria 114 trilhões de dólares (aproximadamente 4% do PIB atual dos EUA). O Senado aprovou

por unanimidade uma resolução qualificando a dívida de "uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos" e esperando que os futuros déficits orçamentários sejam "insustentáveis, irresponsáveis e perigosos".

Na mesma linha, o Comitê para um Orçamento Federal Responsável, uma organização sem fins lucrativos que defende déficits mais baixos, afirma que "o nível de endividamento no âmbito do orçamento do presidente seria sem precedentes fora de uma guerra ou de uma emergência nacional". Mas embora não afirme diretamente que o seja, Biden apoia abertamente a Ucrânia no seu confronto com a Rússia. Em ajuda, deu mais de US\$ 42 bilhões à Ucrânia e está tentando conceder mais US\$ 55 bilhões, o que não conseguiu devido à oposição parlamentar dos republicanos.

Além disso, Biden passou a apoiar Israel nos seus ataques a Gaza com recursos que se somam para gerar o maior orçamento militar do mundo que excede o dos próximos nove países, que também mantêm, entre outras coisas, cerca de 300 bases militares. e vários conflitos menores que já se arrastam há muito tempo, como o Iêmen e a Somália. Outro aspecto em comum entre Biden e Trump é que, apesar das suas promessas eleitorais, nenhum deles conseguiu acabar com as guerras intermináveis nos Estados Unidos.

2. O quadro geral

A nível global, a decomposição da ordem liberal internacional significa a perda de aceitação por grande parte dos países dos pilares que Roosevelt e Churchill estabeleceram na Carta do Atlântico em 1941, o que mais tarde se refletiria na criação das Nações Unidas. Este entendimento entre os líderes anglo-saxônicos baseava-se na "relação especial" que ambas as nações afirmavam possuir devido às linhagens políticas, culturais e linguísticas que as colocavam no topo da ordem liberal e democrática.

Essa visão reforçou a identificação britânica com a liderança americana, fundamentalmente após a era Thatcher e continuada pelo Novo Trabalhismo de Tony Blair, que o levou a apoiar de forma confiável as guerras de Bush contra o terrorismo. O processo do Brexit teve entre as suas promessas mais importantes (não cumpridas) uma relação comercial especial com os Estados Unidos. Essa seria uma das cartas de Boris Johnson para obter apoio social para finalmente encerrar a saída do Reino Unido da Comunidade Europeia.

Sendo primeiro-ministro quando começou o conflito na Ucrânia, Johnson comportou-se de acordo com a lógica da “relação especial”, apoiando irrefutavelmente as posições de Biden. Johnson ganhou destaque pela sua oposição ativa a qualquer possibilidade de uma solução pacífica entre a Ucrânia e a Rússia. O jornal ucraniano *Ukrainska Pravda*, em maio de 2022, nomeou-o como sabotador das negociações diplomáticas entre Kiev e Moscou no início daquele ano, quando inesperadamente apareceu argumentando que o Ocidente não queria acordos, mas sim pressionar Putin até à sua queda.

Recentemente, Johnson expressou que uma derrota ucraniana contra a Rússia significaria o fim do domínio ocidental sobre o mundo: “será uma catástrofe para o Ocidente; será o fim da hegemonia ocidental”, sustentou, “uma humilhação total para o Ocidente – a primeira vez nos 75 anos de existência da OTAN que esta aliança até agora bem sucedida foi completamente derrotada – e em solo europeu”. “Será um ponto de viragem na história, o momento em que o Ocidente finalmente perderá a sua hegemonia do pós-guerra”, queixou-se.

Atualmente, o primeiro-ministro do Brexit e da austeridade, David Cameron, agora como chanceler de Rishi Sunak, ex-ministro da Economia de Boris Johnson, atravessou o Atlântico para encorajar os Estados Unidos a continuarem a apoiar a Ucrânia—afirmando que se a Rússia não for derrotada, irá sentir-se encorajado a invadir outros países. Repetindo a lógica que o próprio Biden utilizou, argumentou que o apoio ocidental à Ucrânia é “um custo extremamente bom”, uma vez que enfraqueceu a Rússia, criou empregos no país e fortaleceu a OTAN “sem a perda de uma única vida americana”.

O que é surpreendente na agressividade britânica em relação a Rússia é que, em termos militares, ela é ofuscada em todos os aspectos possíveis; especialmente agora que as suas contribuições para a Ucrânia não lhe deixaram mais nada. Nem mesmo projéteis. Segundo o tenente-general Sir Rob Magowan, o Reino Unido não poderia suportar uma guerra convencional com a Rússia por mais de alguns meses. Em Unherd, Nina L. Khrushcheva, professora russo-americana na *The New School* em Nova Iorque, argumentou que “Putin não demonstrou nenhum desejo de declarar guerra à OTAN. Mas ao alimentar receios de que este seja o caso, a OTAN corre o risco de criar uma espécie de profecia auto-realizável. Até eu, um crítico constante de Putin, acho isso completamente provocativo e bobo.”

Embora os republicanos não pareçam querer atribuir mais recursos à Ucrânia, as suas posições globais coincidem com as de

Cameron. Uma dúzia de senadores republicanos enviaram uma carta ao promotor Karim Khan, do Tribunal Penal Internacional, ameaçando-o de que se ele investigar Israel “nós o atacaremos” com “ações severas contra você e sua instituição”, porque elas seriam “não apenas uma ameaça para a soberania de Israel, mas também à soberania dos Estados Unidos.” De forma semelhante, a equipe econômica de Trump está a desenvolver sanções contra países que deixem de usar o dólar como moeda internacional.

Embora os líderes anglo-saxões preservem as suas tradições, de acordo com uma sondagem Gallup, a aprovação dos Estados Unidos em África caiu e é agora superada pela China – enquanto a da Rússia aumentou consideravelmente. Da mesma forma, no inquérito Índice de Percepção da Democracia 2024 realizado pela empresa alemã Latana em 53 países, a maioria na Ásia, Médio Oriente e Norte de África tem uma visão tão positiva da Rússia e da China como dos Estados Unidos.

Os resultados também revelaram que o apoio aos Estados Unidos entre os europeus diminuiu, com queda particularmente acentuada na Alemanha, Áustria, Irlanda, Bélgica e Suíça. Frederick DeVeaux, investigador sênior da Latana, destacou que esta é “a primeira vez desde o início da administração Biden que muitos países da Europa Ocidental voltaram a ter percepções claramente negativas dos Estados Unidos”.

Quase 80 anos desde que Churchill cunhou o termo “relação especial”, o jornalista inglês Thomas Fazi afirma que “a noção de que o Reino Unido goza de uma posição “subimperial” privilegiada entre os aliados ocidentais da América continua a informar a auto-identidade do país como uma das grandes potências mundiais”.

Por sua parte, Francis Fukuyama, cujo livro de 1992 do fim *da história* marcou a consolidação da “ordem liberal internacional”, numa recente entrevista para *Internationale Politik Quarterly* afirma que tanto Trump quanto Biden possuem problemas mentais, concluindo: “*É um pouco triste que a política americana dependa de qual candidato se deteriora mais rapidamente. Mas é onde estamos agora.*”

PARA ENTENDER O DECLÍNIO DA FRANÇA

Por Wagner Sousa

A Segunda Guerra Mundial foi, pode-se dizer, o estertor da primazia europeia nos assuntos mundiais. Os Estados Unidos já eram a maior economia do mundo desde o fim do século XIX, mas, embora crescentemente influentes não tinham, até então, capacidade para se firmar como poder hegemônico global. A destruição da Europa e de outra grande potência militarista e expansiva da época, o Japão, dá aos EUA a oportunidade de afirmar a sua hegemonia mundial, em contraposição à União Soviética, país que tinha em seu cerne outra velha potência imperial, a Rússia.

No pós-guerra, os impérios coloniais europeus por todo o mundo ruíram, em sua maior parte, e a maioria das colônias se transformou em países independentes. Os movimentos independentistas ganharam força no “Terceiro Mundo”, com a luta legítima de seus povos pela autodeterminação, e também tiveram apoio da nova potência hegemônica, os EUA, que tinham interesse em limitar a influência europeia no mundo como parte do processo da afirmação de sua própria influência.

A Europa Ocidental, no período da guerra fria, com a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar liderada e em sua maior parte mantida pelos EUA, inicia a sua integração, com a Comunidade Europeia para o Carvão e o Aço (CECA), em 1951, sob tutela geoestratégica norte-americana, o que segue sendo a realidade até os dias atuais. A França, neste cenário, dá início a um processo de pacificação com a então Alemanha Ocidental, que se materializaria no processo europeu de integração, que, com o decorrer dos anos, ganharia complexidade. Para a Alemanha, sob a liderança do conservador Konrad Adenauer era a maneira de se integrar ao Ocidente e ter alguma “margem de manobra” para agir na política externa. E para a França, após o trauma de duas guerras mundiais, a oportunidade para a paz regional e exercício de liderança política, no que passou a ter destaque o seu poderio nuclear, ausente na Alemanha. A França detém até hoje a vantagem da influência em sua antiga zona

colonial, em especial na África, e do fato do francês ser uma língua falada em escala global.

A descolonização no pós-guerra, a crescente integração da França na Europa e o progressivo aumento da influência alemã, a adoção de políticas econômicas neoliberais e, já no século XXI, a afirmação de novas potências na cena global com destaque para China e Índia e retorno de uma velha potência, a Rússia, são os fatores que, em síntese, podem explicar o declínio relativo do poder francês tanto em nível regional quanto global.

No que diz respeito à descolonização, a independência, portanto, da maior parte das áreas diretamente subordinadas à Paris, em especial na África, mas também na Ásia, assim como para outros poderes europeus, como o Reino Unido, representou perda de poder e prestígio. Porém isto não significa que os franceses (e outros europeus) não tenham mantido, a despeito desta importante mudança, bastante influência, em especial na África. Com isso, têm conseguido manter relações privilegiadas. Todavia, tem havido questionamentos a este “neocolonialismo” francês, como no caso do Níger, ex-colônia da qual a França importa urânio a preços baixos. A percepção destas relações injustas e ação, na região, de outras potências, como Rússia e China tem levado a França a perder espaço político no continente.

A integração europeia é o grande feito político francês do século XX. Em um continente até então envolto em guerras contínuas há pelo menos um milênio, a iniciativa inicial já mencionada da Comunidade Europeia para o Carvão e o Aço (CECA), assinada por França, Alemanha Ocidental, Bélgica, Holanda, Luxemburgo e Itália e que evoluiu para a decisão da criação da União Europeia e da moeda comum, o euro, em 1992, com o Tratado de Maastricht, garantiu relações pacíficas e crescente cooperação e articulação política.

Contudo, mesmo no cenário regional, também se vê a perda de peso relativo da França. A esfera monetária europeia é um exemplo. O processo de coordenação cambial que levou ao euro, já nos anos 1990, teve o marco alemão como moeda referência em todo o período. Tornou-se referência inclusive do próprio euro, uma espécie de moeda alemã europeizada. Os Estados Nacionais europeus perderam margem de manobra com a subordinação à rígida política anti-inflacionista do Bundesbank, que foi copiada pelo Banco Central Europeu.

Após um início de políticas nacionalistas e estatizantes, o governo francês do socialista François Mitterrand “capitulou” em 1984, com a adoção da política do franco forte e a proposta de

aprofundar a integração europeia. O Ato Único Europeu, em 1986, pactuou as medidas liberalizantes de preparação para o Mercado Único, que se constituiu em 1992. A reunificação alemã, em 1990, tem como contrapartida exigida pela França a criação da moeda europeia, o euro. A França ganha assento no Banco Central Europeu, mas se compromete com política monetária de rígido controle inflacionário e austeridade fiscal. Não há, até os dias atuais, políticas europeias fiscais, na escala suficiente, para “compensar” uma moeda europeia que serve melhor às economias mais desenvolvidas do norte da Europa. A integração europeia como mola propulsora de políticas neoliberais favoreceu amplamente a indústria alemã em detrimento dos europeus do sul, menos desenvolvidos, e também prejudicou a economia da França. A partir da adoção do euro, se consolidou a hegemonia econômica alemã na Europa.

Entre os anos 1990, no pós-guerra fria, e a década de 2010, o mundo teve o “momento unipolar” dos EUA. Mas o cenário mudou consideravelmente. A guerra entre Rússia e Ucrânia deu um novo “sentido existencial” à OTAN e reafirmou a liderança norte-americana no continente. A Europa se volta aos preparativos para a guerra e a Alemanha se coloca, no nível regional, como o país com capacidade de liderar este esforço de rearmamento. A China passou a ser percebida pelos europeus não mais como mercado e investidor, mas como concorrente nas áreas de maior conteúdo tecnológico e comprador indesejado de empresas europeias importantes e estratégicas, além de ameaça política, pelo seu sistema de governo autoritário.

E nesta conjuntura a França se vê internamente com grande insatisfação social pelo empobrecimento de grande parte da população, pelo fracasso das políticas relativas aos imigrantes e seus descendentes, falta de perspectivas aos jovens e crescimento da xenofobia e da extrema direita. O país tem menos influência nos assuntos globais e também europeus. A “solução” futura para a crise pode ser um governo de extrema direita ultranacionalista, que eventualmente pode, inclusive, provocar uma ruptura na União Europeia.

É a dinâmica do declínio relativo da França que deve seguir, e, provavelmente, se aprofundar, a despeito das bravatas do presidente Emmanuel Macron sobre o envio de soldados da OTAN para defender a Ucrânia e das escolhas políticas que sua população fizer no futuro.

FRANÇA E ALEMANHA: DANÇA E CONTRA-DANÇA.

Por Flavio Aguiar

 O rei mandou me chamá!
 O rei mandou me chamá!
 Pra casá com sua fia...
 Só de dote ele me dava
 Oropa, França e Bahia!

Me alembrei do meu ranchinho
 Da minha roça, do meu feijão...
 O rei mandou me chamá!
 O rei mandou me chamá!
 Ah meu rei, eu disse não!...

Congo brasileiro.

Depois de hostilidades mútuas e seculares, e de muitas guerras, França e Alemanha selaram a paz em 22 de janeiro de 1963, através da assinatura de um Tratado de Amizade, também conhecido como Tratado do Palácio dos Campos Elísios. Charles de Gaulle e Konrad Adenauer o assinaram, quase 18 anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial.

A reconciliação foi corroborada pelo gesto do presidente francês, François Mitterand, e o primeiro-ministro alemão, Helmut Kohl, homenageando de mãos dadas, em 22 de setembro de 1984, os soldados dos dois países que caíram na batalha de Verdun, durante a Primeira Guerra Mundial.

Esta reconciliação foi fundamental para estabelecer as bases da criação da União Europeia, em 7 de fevereiro de 1992, através do Tratado de Maastricht, que entrou em vigor a partir de 1 de novembro do ano seguinte.

A reconciliação entre França e Alemanha tornou-se a Pedra Fundamental, o Fulcro e a Alavanca (ia dizer “Eixo”, mas achei que a palavra seria inadequada em tal contexto) da União, condição reforçada 23 anos depois quando o Reino Unido retirou-se dela, após um plebiscito desastrado promovido pelo então primeiro-ministro londrino David Cameron.

Aquela condição de Base Sólida (ia dizer “Muro de Arrimo”, mas achei que “Muro” também não era uma palavra adequada aqui) da União teve momentos virtuosos, por exemplo, no convívio

bastante harmonioso entre a chanceler Angela Merkel e o presidente Nicolas Sarkozy. Nem mesmo a eleição na França do socialista François Hollande, que de socialista não tinha muito além do nome de seu partido, perturbou a aparência de tal harmonia.

Aparência? Sim, porque sob a superfície do convívio virtuoso medravam algumas sementes da dissensão, apontando a discórdia. Por exemplo, a matriz energética de ambos os países era muito diferente. A França apoiou-se decididamente na energia nuclear, enquanto a Alemanha foi-se afastando cada vez mais dela, e passou a depender mais e mais do gás russo.

Outras diferenças estratégicas foram aflorando pouco a pouco, sobretudo no campo do grau de entusiasmo com a adoção da moeda comum, o euro, maior na Alemanha do que na França, e também em questões de segurança continental. E o terreno para o afloramento de tais diferenças se tornou mais favorável depois da eleição do impulsivo Emmanuel Macron na França e do hesitante Olaf Scholz na Alemanha. Macron é descrito como um político impulsivo, ruidoso, disposto a aceitar riscos e a admitir erros e correções de rumo. Já Scholz tem um perfil bem mais marcado por uma sobriedade eclesiástica, por cautela e lentidão, apesar dos arrancos impulsivos de sua Ministra de Relações Exteriores, a Verde e algo boquirrota Annalena Baerbock.

A guerra na Ucrânia e suas consequências foi a cunha que ampliou o campo das tensões e das desavenças, mesmo que disfarçadas pelos sorrisos e apertos de mão das fotos oficiais.

Pressionado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, através da OTAN, a enviar para a Ucrânia os tanques alemães Leopard 2, Scholz, a princípio, hesitou. Disto se aproveitou Macron para prometer, sem consultar seu vizinho do outro lado do Reno, blindados franceses para Kiev. Afinal, com o aumento das pressões externas e das internas, sobretudo através do Partido Verde transformado em Verde-Oliva, Scholz cedeu. Mas a fissura estava aberta.

Outra fissura se abriu quando Scholz anunciou, também sem consultar nem avisar antes seu colega parisiense, a criação de um fundo de 200 bilhões de euros para subsidiar os custos energéticos catapultados pela queda brusca no fornecimento do gás russo. A medida foi recebida com reservas em Paris e em outros países nas vizinhanças, temendo um efeito-cascata que desestabilize mais ainda os já oscilantes custos industriais e conexos das importações e exportações da e para a Alemanha.

Outras fissuras foram se abrindo. Macron fala, de um lado, no envio de tropas para o campo de batalha na Ucrânia, e de outro,

em manter um “diálogo” com a Rússia. Scholz manifesta desconfiança quanto ao envio de tropas, mas a Alemanha vem endurecendo o tom com Moscou acusando hackers russos por perturbações no espaço estratégico da cibernética germânica.

Berlim vem advogando o estabelecimento de um “escudo de segurança” europeu contra a Rússia, valendo-se de insumos norte-americanos, o que desagrade a indústria militar francesa que, por sua vez, na corrida armamentista que se instalou na Europa, não se mostra muito disposta a compartilhar segredos com seus vizinhos. O anúncio da presidenta da Comissão Europeia, Úrsula von der Leyen, de que fundos russos congelados venham a financiar armas e outras benesses para a Ucrânia, vai aumentar a temperatura deste caldo cultural bélico já perto de ebulição na Europa. Sem falar que este verdadeiro confisco já seria, por si só, um bom motivo para uma guerra de efeitos péssimos no mundo inteiro.

Estas fissuras vem corroendo por dentro a estabilidade da União, aliadas aos ataques contra ela por parte de partidos de extrema-direita na Alemanha, na Holanda, na própria França, Espanha, Itália, Portugal e outros países, e à instabilidade econômica e social provocada pelos planos de austeridade que ainda vigoram em todo o continente.

Quando nasceu, a União Europeia parecia um timoneiro a governar uma embarcação para um mundo de paz como se dele fosse a rainha, depois de guerras que destruíram o continente e boa parte do mundo. Hoje, combalida, ela talvez ainda governe alguma coisa deste barco solto em meio à tempestade. Mas não reina mais.

A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA EUROPEIA.

Por Wagner Sousa

Muito se tem discutido, nos meios políticos, acadêmicos e na mídia acerca do declínio ocidental frente ao desafio direto colocado por Estados Nacionais de outra matriz civilizatória como o caso mais evidente da China, e também da Índia, e da resistência iraniana e russa aos desígnios de Washington apoiados pelos seus aliados europeus sob sua tutela estratégica na OTAN e outros acordos militares. E nesta discussão tem destaque, evidentemente, a extraordinária expansão da economia da China, nos últimos 45 anos, o que foi acompanhado pelo seu expressivo fortalecimento militar, crescente domínio de tecnologias de ponta e, cada vez, assertividade política e diplomática envolvendo variados temas mundiais, de seu interesse direto ou não. A Índia, país mais populoso do mundo, parceiro e ao mesmo tempo rival estratégico da China, vem exibindo recentemente taxas de crescimento mais elevadas do que as do seu vizinho, domínio tecnológico crescente em áreas como software e tecnologia espacial, e também crescente poderio bélico, partes do projeto de grande potência do nacionalismo hindu de Narendra Modi. E, por fim, Irã e Rússia vem resistindo às pressões; no caso iraniano em relação ao seu programa nuclear e sua projeção como potência regional no Oriente Médio, e no caso russo, pela disputa na Ucrânia com a OTAN, pela hegemonia em área parte da ex-URSS e também da Rússia imperial. O maior país do mundo em território, apesar de sua característica de federação com diferentes nacionalidades, compartilha com a Europa parte significativa de sua identidade e origem étnica.

Portanto, a partir deste século, o que se tem visto é a ascensão destes e outros atores estatais, que tem questionado a hegemonia ocidental e seus 300 anos de dominância no mundo. E se pode dizer que, a partir da guerra russo-ucraniana, na qual o “Ocidente coletivo” representado pelos EUA, a União Europeia e aliados (Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia) vem apoiando a Ucrânia contra a Rússia, esta vem tendo o apoio econômico direto da China e da Índia, que mantiveram e reforçaram as compras de petróleo e gás e indireto de vários outros países, como por exemplo membros da ex-URSS, que tem ajudado a Rússia a driblar as sanções do Ocidente para a compra de bens essenciais, como semicondutores, no caso os comprando de países ocidentais ou

aliados (Taiwan, Coreia do Sul) e vendendo aos russos por transações clandestinas. Mas também há que se destacar que toda a América Latina (possivelmente com exceção apenas da Argentina do ultraliberal Milei), toda a África e praticamente toda a Ásia, com as exceções já citadas, não seguiram a diretriz ocidental de enfrentamento militar e/ou sanções econômicas aos russos. Há uma evidente insatisfação e disposição de questionamento da hegemonia ocidental na maior parte do mundo.

E neste cenário a Europa tem visto a extrema-direita assumir ou participar da coalizão de governo em vários países. Comandam o governo na Itália, terceira economia da UE e na Hungria e participam de coalizões em outros países. Uma questão importante é que, embora tenham sido normalmente simpáticos ao conservadorismo do russo Vladimir Putin, a guerra da Ucrânia os “enquadrou” no bloco ocidental e na posição geopolítica contrária à Rússia, com a exceção da Hungria, do primeiro-ministro Viktor Orbán. E no que se refere à União Europeia, em parte por razões eleitorais (parte substancial dos votantes é pró-Europa) e em parte por pragmatismo governamental (os países dependem da UE para várias questões, inclusive recebem fundos de suas instituições, o que é relevante especialmente nos países menos desenvolvidos do bloco, no sul e leste do continente) diferentemente do discurso anti-UE das campanhas eleitorais tem havido uma “normalização” destes partidos em relação ao projeto europeu e também das instituições europeias e suas elites em relação a estes partidos. A extrema-direita europeia tem procurado se articular em nível regional e, neste ano, está concentrada nas eleições para o parlamento europeu, pleito em se espera que sua participação no legislativo da Europa aumente.

A extrema-direita tem crescido também nos dois países fundadores do bloco, a Alemanha e a França. No caso francês seu número de eleitores tem crescido nas últimas décadas, a “Reunião Nacional”, liderada por Marine Le Pen, esteve no segundo turno das duas últimas eleições presidenciais contra o atual presidente de centro-direita Emmanuel Macron. Na Alemanha se firmou como terceira força no parlamento nacional o partido de ultradireita, integrado inclusive por simpatizantes do nazismo, “Alternativa para a Alemanha”, AfD, na sigla em alemão. Como é comum na plataforma destes partidos, uma forte inclinação a propostas anti-imigração, questionamentos à integração europeia, à moeda comum e à política externa destes países e do bloco. No caso do “Alternativa para a Alemanha” esta agremiação defende ser do interesse nacional alemão, da sua indústria exportadora por exemplo, boas relações com a China. Berlim tem seguido os EUA e

buscado rever a sua aproximação com o gigante asiático. A política externa não deve estar pautada por “valores”, e sim pelos interesses. Nesta visão, seguir a política dos EUA é contrário aos interesses da Alemanha. Claro que, uma vez eventualmente no poder, constrangimentos e pressões e também concessões vindas, no caso dos EUA, podem produzir uma “convergência.”

As políticas neoliberais com o efeito de concentração de renda e precarização do trabalho fragilizaram os partidos moderados de direita e esquerda, que se alternaram no poder na Europa do pós-guerra até o fim da década de 1990. A partir da década de 2000 vê-se um persistente crescimento das siglas de tendência fascista.

A guerra entre Rússia e Ucrânia marca um ponto de inflexão. Os laços políticos e econômicos entre russos e europeus, em especial alemães, foram cortados como resultado da guerra, e a Alemanha, com o apoio dos EUA, lidera um processo de forte investimento bélico na União Europeia, o que inclusive deverá ser o caminho para a recuperação econômica, tendo em vista que a perda do gás barato da Rússia foi um pesado golpe para a economia europeia, em especial para a indústria exportadora alemã. O “Ocidente coletivo” se arma frente à Rússia e, no “Indo-Pacífico” busca conter a China. Não há como adiantar como a extrema-direita, eventualmente no poder nos dois principais países da região, França e Alemanha, vai se encaixar neste arranjo. Tendo em consideração o acerto dos EUA com o governo anterior de extrema-direita da Polônia, em apoio à sua forte militarização, para ser a “linha de frente” contra a Rússia e da própria “acomodação” da União Europeia com governos de extrema-direita da região é possível imaginar que uma recuperação econômica lastreada no aumento do gasto bélico possa consolidar a “normalização” em curso dos governos de extrema-direita no bloco e a adaptação destes às instituições europeias. A questão é como se dará esse processo e seus reflexos sociais e políticos. A estrutura do poder global norte-americano vai atuar para manter esta coesão, muito importante para os seus objetivos geopolíticos, porém a fratura social europeia é grande e o futuro da integração seguirá incerto.

O INSUCESSO DAS “SANÇÕES FINANCEIRAS” DOS EUA E DA UE

Por Mauricio Metri

Em 24 de março de 2024, alguns jornais noticiaram os 25 anos do U-Turn do avião, em pleno voo sobre o Atlântico, com o então ministro das relações exteriores da Rússia, Yevgeny Primakov, em razão do início dos bombardeios da OTAN sobre a Sérvia, sem aprovação do Conselho de Segurança da ONU.¹ Em meio à investida contra Belgrado, as forças da OTAN atingiram deliberadamente a embaixada da China.² A data não foi esquecida por Pequim e, no dia 7 de maio de 2024, o presidente Xi Jinping esteve na capital da Sérvia para prestar sua homenagem aos mortos e passar um recado ao Ocidente.³ Tais fatos marcaram o começo da reconstrução da Rússia, a aceleração do processo de ascensão chinesa e o aprofundamento das parcerias sino-russas.⁴

Nesse período, a Rússia, partindo de uma posição de atraso militar em relação aos EUA e fragilidade econômico-financeira, conseguiu não só estabelecer uma vantagem estratégica no campo das armas em 2018, ao desenvolver armamentos hiper-sônicos, como também reconstruir sua economia nacional a ponto de contornar um conjunto de “unprecedented economic sanctions”⁵ a que foi submetida. A despeito dos pacotes de sanções, sua economia expandiu, em 2023, de modo mais expressivo do que a dos próprios países do Atlântico Norte e, para este ano, o FMI corrigiu suas previsões para a Rússia, dobrando suas estimativas.⁶

Essa política de sanções financeiras é uma das faces do poder monetário do dólar no sistema internacional, sobretudo depois da Doutrina Bush (filho) de 2002.⁷ No entanto, a efetividade das

1 Ver: < <https://sputnikglobe.com/20240324/u-turn-over-atlantic-how-russian-pm-primakov-showed-moscow-wont-be-us-satellite-1117506919.html> >.

2 Ver: < <https://www.theguardian.com/world/1999/oct/17/balkans> >.

3 Ver: < <https://sputnikglobe.com/20240508/china--serbia-form-partnership-after-depraved-cia-attack-in-belgrade-1118343031.html> >.

4 Ver: Metri, M. “História e Diplomacia Monetária”. Ed. Dialética, São Paulo, 2023. (cap. 15).

5 Ver: < <https://www.ft.com/content/9518bcd8-547e-4a41-b518-265ad0451c9b> >.

6 Ver: < <https://www.ft.com/content/21a5be9c-afaa-495f-b7af-cf937093144d> >.

7 Ver: Nascimento, Maria A. W. V. do. “A Doutrina Bush e a Institucionalização do Poder Coercitivo do Dólar”. Dissertação de Mestrado. PEPI, IE-UFRJ, 2024.

sanções econômicas de Washington em termos dos objetivos de sua política externa tem sido muito baixa para não dizer nula. Por exemplo, o Irã, a despeito do severo conjunto de sanções inaugurados em 2007, tem conseguido não somente resistir, como também desenvolver uma efetiva capacidade militar ofensiva, que lhe permitiu empreender uma mudança na correlação de forças no Sudoeste Asiático. Há um mês, em 12 de abril de 2024, Teerã abandonou sua “política de paciência estratégica” e revelou ao mundo, por meio do ataque de mísseis a Israel, sua capacidade de perfurar sistema de defesa antiaérea israelense.¹

No geral, os principais alvos das sanções dos EUA (Rússia, Irã, Coreia do Norte, Venezuela e Cuba) seguem resistindo e não é difícil perceber que uma das razões para isso é a ascensão da China à condição de maior economia do mundo, ultrapassando a dos EUA. Em 2023, sua participação no PIB mundial baseado na paridade de poder de compra chegou a 18,73%, enquanto a dos EUA ficou com 15,56%.² Por seu dinamismo, tamanho e sofisticação, a economia chinesa tornou possível o contorno (bypass) dos sistemas de pagamentos controlados por Washington. Para se ter uma idéia, após o início da intervenção militar russa na Ucrânia, quando foi imposto um “sem precedente” pacote de sanções, o comércio sino-russo cresceu 64%, alcançando o recorde de US\$ 240 bilhões em 2023.

Não por outra razão, em 8 de abril de 2024, a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, em visita a Pequim, ameaçou as companhias chinesas, ao afirmar que “There will be significant consequences for companies that provide material support to Russia. Those who do not comply will face consequences”.³

A resposta chinesa veio alguns dias depois quando da visita do ministro das relações exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, a Pequim. Ambos os países se comprometeram a manter a estabilidade da cadeia de abastecimento industrial, inclusive com o apoio material chinês à guerra da Rússia contra a Ucrânia e à base industrial de defesa russa. Segundo o Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Moscou e Pequim “reinforced calls for their two countries to work more closely together against 'hegemonism'”.⁴

1 Ver: < <https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/o-ira-obrigou-israel-a-gastar-mil-vezes-mais-do-que-o-custo-do-ataque-para-o-repelir-diz-mohammad-marandi> >.

2 Ver: < <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD> >.

3 Ver: < <https://pravda24.cz/hlavni-zpravy/usa-jsou-pripraveny-sankcionovat-cinske-banky-a-spolecnosti-ktere-pomohou-ruske-valecne-masinerii/tomaskosina/> >.

4 Ver: < <https://www.ft.com/content/272e71e6-a355-4099-9640-3c7694316722> >.

Algumas semanas depois, foi a vez do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, reiterar as ameaças de Washington em pleno solo chinês. Em seu pronunciamento durante visita oficial à China, afirmou que “The United States is ready to take new measures and impose sanctions against China and against the background of the situation in Ukraine. (...) If China does not take measures to solve this problem, the US will do it.”¹

Essas persistentes ameaças de Washington são reveladoras de um consenso já estabelecido no Atlântico Norte de que o poder do dólar enquanto instrumento de sanção econômica está se erodindo e que a China se constitui numa das principais razões para isso. Fala-se abertamente sobre o tema. Em 29 de abril de 2024 a presidenta do Comitê do Tesouro da Câmara dos Comuns do Reino Unido, Harriet Baldwin, afirmou que “There is a general consensus that sanctions are not working in terms of their stated intent – causing real trouble for the Russian economy.”² Alguns dias depois, na mesma linha, o ministro da defesa da Itália expressou que “economic sanctions against Russia had failed and called on the West to try harder to negotiate a diplomatic solution with President Vladimir Putin to end the war in Ukraine. (...) the West had wrongly believed its sanctions could stop Russia's aggression, but it had overestimated its economic influence in the world.”³ Há poucos dias, em 6 de maio de 2024, após encontro com o presidente chinês, Xi Jinping, na capital francesa, a presidenta da Comissão Européia, Ursula von der Leyen, voltou ao tema. Afirmou que “We have also discussed China's commitment not to provide any lethal equipment to Russia. More effort is needed to curtail delivery of dual-use goods to Russia that find their way to the battlefield. And given the existential nature of the threats stemming from this war for both Ukraine and Europe, this does affect the EU-China relations.”⁴

Portanto, nas estruturas de poder do Atlântico Norte, já se consolidou a percepção de que há uma espécie de “aviltamento” do poder do dólar enquanto instrumento de violência via sanção financeira, embora haja um outro entendimento também estabelecido em Washington com relação ao principal privilégio de se comandar a moeda de referência global: o de alavancar o grau de endividamento e gasto de seu estado, impondo ao mundo o ônus do

1 Ver: < <https://sputnikglobe.com/20240426/blinking-promises-to-ensure-transatlantic-security-to-counter-chinese-support-for-russia-1118125099.html> >.

2 Ver: < <https://www.ft.com/content/a9a583b9-9b04-430e-a9ed-628ea2f5d492> >.

3 Ver: < <https://www.reuters.com/world/europe/italy-calls-ukraine-truce-peace-talks-with-putin-newspaper-2024-05-06/> >.

4 Ver: < https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/statement_24_2464 >.

financiamento de suas guerras globais. Este, ao contrário das sanções, segue funcionando a “plenos pulmões”, como no caso do pacote de US\$ 95 bilhões de ajuda para Ucrânia, Israel e Indo-Pacífico recém aprovado na Câmara dos Deputados dos EUA.¹

¹ Tema este discutido em outra oportunidade. Ver: < <https://strategic-culture.su/news/2024/03/20/silver-bullet-against-barbarian-invasions-of-west-de-dollarization-of-international-system/> >.

O IRÃ AMEDRONTA ISRAEL E GOLPEIA O “OCIDENTE”

Por José Luís Fiori

Na noite de 13 para 14 de abril de 2024, o mundo assistiu a algo surpreendente e inusitado: o bombardeio aéreo iraniano do território de Israel, como resposta ao ataque israelita ao consulado iraniano de Damasco, na Síria, que matou sete oficiais da Guarda Revolucionária do Irã. O Irã utilizou 200 UAVs, 150 mísseis de cruzeiro, 110 mísseis balísticos superfície-superfície Shahab 3, Sajil-2 e Kheibar, e mais 7 mísseis hipersônicos Fattah-2. Foi o maior ataque de drones da história, lançado a partir de vários pontos do Oriente Médio, incluindo a Síria, o Iraque, o Líbano e a parte do Yemen controlada pelos Houtis. Israel declarou ter abatido 99% dos mísseis e UAVs que foram lançados, mas não houve nenhuma comprovação, e muitos especialistas militares duvidam dessa informação. Assim mesmo, Israel contou com o apoio da Força Aérea do Reino Unido, dos Estados Unidos e da Jordânia para interceptar os projéteis, e com a assistência da inteligência americana na localização e antecipação dos alvos.

No balanço final, entretanto, há consenso de que foi uma vitória estratégica e simbólica do Irã, sobretudo quando se tem em conta que o Irã anunciou aos governos dos EUA e da Turquia, pelo menos, sobre seu ataque, e utilizou – na maioria dos casos – drones muito lentos e ultrapassados tecnologicamente. Apesar disto, seus drones e foguetes chegaram até Israel e atingiram vários objetivos militares, sem ter matado nenhum civil, aparentemente, nem ter destruído ou visado nenhum equipamento civil de Israel.

Afora isto, o Irã obrigou Israel a gastar mais de 1 bilhão de dólares em poucas horas, ao utilizar seu famoso sistema de defesa antiaérea Iron Dome, permitindo que os persas o localizassem e o mapeassem para eventualidade de futuros ataques. Mapearam simultaneamente as bases utilizadas por norte-americanos, britânicos e jordanianos, o que talvez explique a reação temerosa e a fragilidade da resposta que foi dada uma semana depois pelos israelenses.

De outra perspectiva, o ataque persa atingiu em cheio a crença na invencibilidade militar israelense e, ao mesmo tempo,

enviou uma mensagem ao resto do Oriente Médio, revelando uma capacidade de dissuasão iraniana que era desconhecida até então, com relação a Israel, mas também com relação aos seus demais concorrentes geopolíticos dentro do Oriente Médio, como é o caso de Turquia, Emirados Árabes, Jordânia e, em especial, Arábia Saudita, que já refez rapidamente seus cálculos estratégicos e retomou suas negociações em torno de um “acordo de defesa” com os Estados Unidos, envolvendo provavelmente o reconhecimento de Israel. Além disso, os iranianos demonstraram possuir capacidade balística de atacar e destruir as bases militares que os Estados Unidos mantêm na região, podendo inclusive atingir o continente europeu.

Ou seja, resumindo: o panorama militar do Oriente Médio mudou radicalmente depois da noite de 13 para 14 de abril de 2024, e todos os cálculos estratégicos dos principais atores desse tabuleiro geopolítico terão que ser refeitos, porque se trata de uma mudança radical e irreversível. Para compreender a dimensão desse impacto, entretanto, é preciso recuar no tempo e relembrar a relação da Inglaterra e dos Estados Unidos com a invenção, criação e sustentação militar e financeira deste “microestado”, que possui um território que é metade do estado do Rio de Janeiro, e uma população que é bem menor do que a do Grande Rio. Com um território sem nenhuma relevância geoeconômica, mas que Inglaterra e Estados Unidos transformaram numa espécie de “anão atômico” com a pretensão de ser um “povo escolhido”, mas que é na prática apenas um “bibelô geopolítico” anglo-americano, na sua luta pelo poder global. Aqui, contudo, é necessário fazer um pequeno flashback histórico.

A proposta inicial de criação do Estado judeu é atribuída normalmente ao jornalista austro-húngaro Theodor Herzl, e ao seu livro *O Estado Judeu*, publicado em Viena em 1897. O mais provável, no entanto, é que sua proposta tivesse caído no mesmo vazio de várias outras “desilusões nacionalistas” do século XIX, se não tivesse se transformado numa válvula de escape dos europeus com relação aos judeus, no momento em que Arthur Balfour, o ministro de Relações Exteriores britânico, declarou em 1917, “que o governo de Sua Majestade encarava favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o Povo Judeu”. Uma declaração que se transformou num projeto concreto em 1922, quando a Liga das Nações concedeu à Inglaterra um “Mandato Internacional” sobre o território da Palestina, que era então habitada por uma maioria árabe e muçulmana, com a participação de apenas 11% de judeus, porcentagem que foi aumentando com o estímulo dos britânicos.

Foram os ingleses, portanto, que induziram a primeira grande onda migratória de judeus europeus na direção da Palestina, entre 1922 e 1935. Como está acontecendo agora novamente, depois da decisão do Parlamento inglês de despachar para Ruanda, na África, os novos “judeus” ou refugiados árabes e africanos que aportaram na Inglaterra, sobretudo depois do ataque anglo-americano ao Iraque em 2003. E foi esta imigração induzida dos judeus europeus que provocou a primeira grande revolta palestina massacrada pelos ingleses entre 1936 e 1939. Foi ali que começou a resistência palestina que se mantém até hoje, mas que adquiriu outra intensidade depois que os ingleses decidiram se desfazer do seu “Mandato Internacional”, em 1947, começando a articular o apoio ao seu projeto de criação de um Estado Judeu, através de uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Decisão que foi tomada no dia 29 de novembro de 1947, sob forte pressão dos Estados Unidos, e assim mesmo, por apenas 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções. A ONU havia sido recém-criada e seria muito difícil que pudesse tomar uma decisão desta importância e gravidade se não fosse pela intervenção, quase imperativa, das duas grandes potências recém-vitoriosas na Segunda Guerra Mundial - Inglaterra e Estados Unidos -, estes, no caso, empoderados pelo “sucesso” de seu ataque nuclear contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.

Assim nasceu o Estado de Israel, no dia 14 de maio de 1948, e sem o apoio de Estados Unidos e Inglaterra, ele, recém-criado, não teria conseguido vencer sua primeira guerra contra os Estados árabes do Egito, Síria, Líbano e Jordânia, já no ano de 1948. A guerra durou um ano e terminou com a vitória de Israel e a anexação israelita dos territórios da Cisjordânia e de Jerusalém Oriental, além da entrega da Faixa de Gaza aos árabes, onde haviam então se refugiaram cerca de 700 mil palestinos expulsos de suas terras pela Resolução da ONU n. 181. Depois disto, ainda houve a Guerra dos Seis Dias, em 1967, e a Guerra do Yom Kippur, em 1973, vencidas por Israel, sempre e de novo com o apoio decisivo e incondicional, financeiro e militar, de Estados Unidos e Inglaterra. E foi por decisão dessas duas potências que a França repassou a Israel seu “segredo atômico”, aparentemente, logo após a Guerra dos Seis Dias.

Esta história nos ajuda a entender melhor a relação umbilical que se estabeleceu através do tempo, entre os israelenses e seus criadores e tutores anglo-americanos. O apoio incondicional dos EUA e da Inglaterra foi o grande responsável pela “invencibilidade militar” de Israel, desde sua primeira vitória contra os árabes em 1948. E é esta “relação carnal” entre os três países que explica a

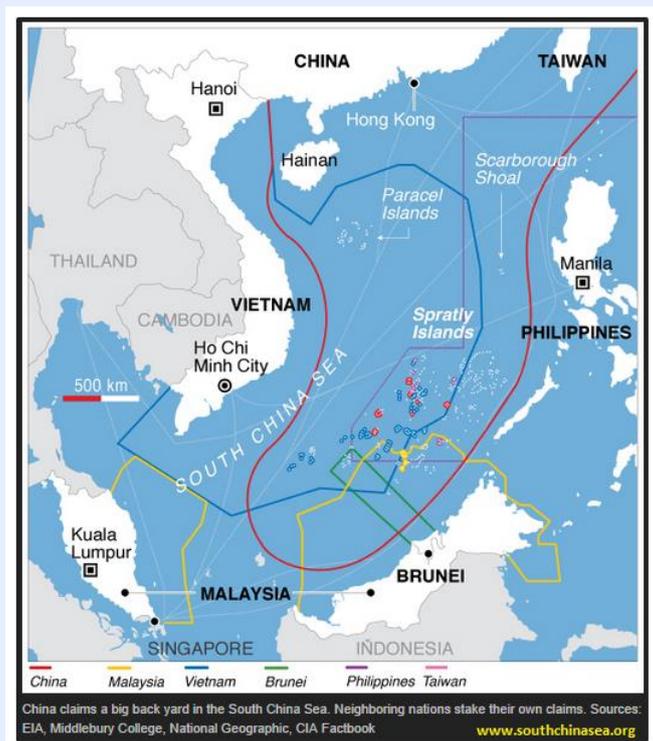
forma violenta e incondicional com que os Estados Unidos e a Inglaterra reagiram frente ao Hamas em 7 de outubro de 2023, apoiando inclusive o massacre do povo palestino da Faixa de Gaza, até o momento em que a selvageria israelense começou a ameaçar a tentativa de reeleição de Joe Biden. Uma reação raivosa que se repetiu frente ao ataque iraniano da noite de 13 para 14 de abril, porque, neste caso, a demonstração de fragilidade de Israel representou também uma grande derrota para as duas potências que tutelam o Estado Judeu, e que são na realidade, o “núcleo duro” do “império militar do Ocidente”.

FILIPINAS: A MAIS NOVA ZONA DE ATRITO ENTRE EUA E CHINA

Por Wagner Sousa

1. Hegemonia, estratégia global e conflitos regionais

A região oceânica do Mar do Sul da China provavelmente é a mais problemática do mundo em termos de definição das fronteiras marítimas. China, Vietnã, Taiwan, Filipinas, Malásia, Singapura e Brunei estão diretamente envolvidos em uma disputa na qual as reivindicações relativas ao “mar territorial” ou a “zona de exploração de econômica” de cada país se superpõem. Como aparece no mapa abaixo:



A região é crucial para os interesses da China, por onde passa a maior parte de seu comércio exterior. Vinte por cento do comércio mundial passa por ali. É um espaço relevante também para a atividade pesqueira e se especula que há depósitos de petróleo e gás. É vista como essencial para os chineses também para a sua defesa. O país tem construído ilhas artificiais para assegurar a presença de sua marinha. Essa assertividade chinesa na defesa de seus interesses, têm despertado a oposição de outros países da

região, com suas também entendidas como legítimas reivindicações territoriais marítimas. E oposição também dos Estados Unidos, nação hegemônica nos oceanos do planeta.

Esta região é, no que diz respeito à economia, altamente integrada. E é uma integração com destaque para o setor industrial, com os países da região fornecendo componentes para a indústria chinesa. Isto torna a questão mais complexa aos países da região em relação à China e este “pêndulo” entre afirmação da soberania marítima e acomodação com o gigante asiático. É a tensão entre relações econômicas e políticas importantes com o país mais relevante em termos regionais e a necessidade de resguardar o que é entendido como interesse nacional legítimo, tanto econômico, como de segurança.

E têm-se aqui o papel dos Estados Unidos. A ideia de “liberdade de navegação”, nas chamadas “águas internacionais” tem sido a principal justificativa norte-americana para se contrapor, construindo alianças com os países da região, às intenções de jurisdição marítima da China. Para tanto os EUA têm firmado acordos com os países deste entorno e feito exercícios com a participação das suas marinhas. Os encontros entre as marinhas da China, dos EUA e dos países da região não redundaram até então, felizmente, em qualquer incidente mais sério, mas os riscos aumentam à medida que essas ocorrências vêm se tornando mais frequentes.

Controlar os oceanos é uma das capacidades da potência hegemônica, os Estados Unidos. Para tanto, administram uma vasta rede global de instalações militares, porta-aviões, satélites e possuem acordos militares em todos os continentes. No “Indo-Pacífico” (conceito criticado por muitos por unir os Oceanos Pacífico e Índico unicamente para atender ao interesse de predomínio norte-americano) vem celebrando os mais importantes (e incentivando aliados a fazê-lo) acordos militares nesta região como o Aukus (Austrália, Reino Unido e EUA), o QUAD (Estados Unidos, Japão, Índia e Austrália), o acordo trilateral entre EUA, Japão e Coreia do Sul, o recente acordo entre Austrália e Filipinas e a reaproximação estratégica entre EUA e Filipinas no governo de Ferdinando Marcos Jr. Todos visam a contenção da China.

2. Filipinas: a “Ucrânia do Pacífico”?

Após uma maior aproximação com os chineses promovida pelo presidente anterior Rodrigo Duterte, o novo mandatário filipino, Ferdinando Marcos Jr., volta ao tradicional alinhamento das Filipinas com os Estados Unidos. EUA e Filipinas realizarão exercícios navais e patrulhas aéreas conjuntas sobre o Mar do Sul

da China e os norte-americanos terão maior acesso a instalações militares filipinas. Esta reaproximação foi precedida por um acirramento nas relações China-Filipinas, o que é exemplificado pelo site da BBC News Brasil (28.10.23): “China e Filipinas vivem atualmente o seu momento de maior tensão dos últimos anos. Ambos os países disputam territórios no Mar da China Meridional (também conhecido como Mar do Sul da China) incluindo o arquipélago Ilhas Spratlye e o Atol de Scarborough. Estes territórios ficam a cerca de 200 km a leste das Filipinas, que os controla. Mas Pequim reivindica as áreas como suas e tem posicionado a sua força naval nas águas ao redor. No último domingo (22/10), um navio da Guarda Costeira chinesa atingiu intencionalmente um dos barcos filipinos.”

A aliança entre os Estados Unidos e as Filipinas, portanto, se coloca para as Filipinas, assim como outros países da região, como essencial para fazer frente à China e conter suas ambições hegemônicas regionais. Para os EUA é parte de uma rede de alianças, que não se trata exatamente de uma “OTAN do Pacífico”, mas que busca aumentar expressivamente a cooperação entre os norte-americanos e os atores estatais locais como importante elemento de sua estratégia de enfrentamento global da China. Nessa estratégia, a própria OTAN pode assumir um papel global e se juntar a esse esforço no “Indo-Pacífico.” A soma destes dois oceanos visa prevenir ou limitar a projeção de poder da China no Leste Asiático, no Oriente Médio e na costa oriental da África, além do seu poder naval neste grande espaço oceânico.

O temor de alguns analistas é que, em estratégia similar à adotada na confrontação com a Rússia, as Filipinas, assim como a Ucrânia, possam ser o “ponto de atrito”, em forma de “guerra por procuração” para desgaste militar chinês e busca de seu isolamento e enfraquecimento. No caso russo, estes objetivos não foram alcançados. Embora pareça distante, no momento, tal cenário, a crescente militarização da região promovida pelos EUA e a expansão das forças armadas chinesas, com, por exemplo, o recente lançamento do terceiro porta-aviões chinês (o primeiro comparável aos gigantes porta-aviões nucleares dos EUA) enseja o crescente risco de confronto entre duas potências nucleares, cenário muito perigoso para a região e para o mundo. À medida que o desenvolvimento chinês e sua ascensão no mundo vai colocando cada vez mais em dúvida a primazia norte-americana e do Ocidente uma forte reação vem sendo articulada nos campos econômico, comercial, tecnológico e militar. E, para os EUA, envolver “parceiros” em “proxy wars” pode ser um trágico estágio futuro desta confrontação.

A VIAGEM DE XI JINPING E AS FRATURAS NO PROJETO EUROPEU

Por Daniel Barreiros

Vem ficando cada vez mais evidente que emerge um projeto rearmamentista na Europa, cujo principal protagonista é o atual governo alemão, com apoio norte-americano. Muito embora não se possa falar de um projeto formal, as evidências apontam para uma tentativa de construção de liderança na UE com base em uma política de desenvolvimento das capacidades industriais de defesa europeias, tendo Berlim nitidamente como epicentro. Esse ímpeto se beneficia, fundamentalmente, da visível incapacidade de Kiev de conter a concretização - ainda que limitada - de objetivos militares por parte das forças armadas russas, e da ameaça - mais imaginária que real - de uma atualização desses objetivos, envolvendo territórios sob o manto protetor da OTAN. Fica sugerido, nas entrelinhas, o fomento a um consistente movimento de polarização global por parte dos governos norte-americano e alemão, no qual ou se cerra fileiras com Washington, ou se está na outra ponta do arcabuz.

Nesse sentido, parte das atenções se volta para a China, e para a eventualidade do fornecimento de tecnologias sensíveis às forças armadas russas que lhes garantam alguma vantagem além daquelas de que já dispõem. Pequim vem sendo pressionada de forma bem pouco razoável por um posicionamento enfático em condenação à guerra, algo que, naturalmente, é recebido pelas autoridades chinesas com ouvidos de mercador. Olaf Scholz visitou a capital chinesa em abril passado, e entre manifestações de repúdio à alegada prática de subsídios à indústria chinesa - que permitiria aos seus produtos tomarem de assalto os mercados europeus -, o chanceler alemão enfatizou o perigo à dita ordem internacional baseada em regras representado pela Guerra Russo-Ucraniana. Instou Pequim a influenciar diretamente Vladimir Putin para o fim das hostilidades, e pediu apoio chinês à conferência de paz a ser realizada em junho, na Suíça. Além de uma promessa lacônica de apoiar a tal conferência - para a qual os russos não foram convidados, acrescente-se -, Scholz levou para casa sorrisos

e saudades de um tempo em que os europeus falavam grosso com seus lacaios, e eram atendidos.

E, em cena, entram os franceses. Que a eurotrip de Xi Jinping (em maio deste ano) fosse incluir Budapeste e Belgrado, era algo um tanto óbvio: a Hungria do extremista de direita Viktor Orbán é vista por Pequim como porta de entrada e uma voz em defesa dos interesses chineses na União Europeia, e a Sérvia não só mostra um resolutivo compromisso com a Rússia de Putin como é feliz receptáculo de polpudos investimentos chineses no âmbito da Nova Rota da Seda - da qual a Itália, aliás, se desligou.

O realmente interessante foi Xi Jinping não começar sua viagem pela Europa com uma visita de cortesia à Berlim - dentro do melhor espírito de reciprocidade e de reconhecimento de sua suposta liderança regional. Começou por Paris, onde um mordido e recalçado Macron lhe aguardava. Não abundaram dessa vez sorrisos e cortesias, como na visita da delegação francesa a Pequim em abril de 2023 - ocasião em que, ao lado de Xi, Macron culpou os Estados Unidos por fomentarem instabilidade no Extremo Oriente. Dessa vez o dignitário francês aguardava a delegação do Império do Meio para dizer-lhe sobre o ponto de vista de Paris a respeito do comércio sino-europeu e da questão ucraniana. Trazia a tiracolo Ursula von der Leyen, e com isso, subitamente, Paris se tornou a capital diplomática da UE por dois dias, como num sonho juvenil. A impressão não foi menos profunda do que a causada pelo chanceler alemão um mês antes, e Xi Jinping entrou e saiu dizendo as mesmas platitudes habituais da diplomacia chinesa, quando pretende mandar terceiros às favas, sem perder a pose. Mas neste artigo não importam tanto os chineses, e sim, a iniciativa de Paris.

É bem verdade que a França vive um clima de fim de festa quando o assunto é projeção internacional. Os governos militares do Mali, de Burkina Faso e do Níger puseram uma caprichada pá de cal na anacrônica ideia de uma Françafrique, delírio colonial tardio que, se ainda respira, é com a ajuda de aparelhos - nesse caso, o franco CFA. Macron muito recentemente fez pose de condottieri a serviço da segurança dos potentados europeus, ao sugerir o envio de tropas francesas para a linha de frente na Ucrânia. Sua ousadia foi respondida em poucas horas, com uma ameaça bem-comportada de resposta nuclear por Moscou, e por uma brigada de incêndio teuto-americana que tratou de extinguir as labaredas com notas inequívocas de que não aceitariam o envolvimento de um país da OTAN nas hostilidades. Isso implicava dizer, entre outras coisas, que para os alemães e norte-americanos, não cabe ao governo francês decidir ou se pronunciar sobre tal coisa.

O fato, então, é que parece haver pouco espaço para que Paris fuja ao centro gravitacional de Berlim, com sua nítida estratégia de liderança militar e econômica sobre a UE, abençoada pelo papa em Washington. Não que a história se repita, mas são sentidos os mesmos ecos da visita de Charles de Gaulle a Mao Tse-Tung em 1964, com a tentativa de Paris de expandir seu gradiente de liberdade e furar o campo de contenção hegemônico produzido pelos Estados Unidos e pela então Alemanha Ocidental. Dada a inequívoca frente teuto-americana, a escolha de Xi Jinping por Macron pode também não ter sido despropositada, tendo em vista que ela introduz um ligeiro, mas não menos importante, componente de atrito nas engrenagens diplomáticas intra-europeias.

A CHINA E A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA AFRICANA” (2)

Por Elias Jabbour

Tanto a China quanto a África foram literalmente arrastadas pela ordem estabelecida pela Revolução Industrial pela força das armas, violência colonial e uma guerra pela liberação do tráfico de drogas (Guerras do Ópio – 1839-1842). Podemos dizer ainda que a diferença entre o Terceiro Reich e as potências coloniais que assaltaram a África e a Ásia está na geografia: Hitler fez na Europa o que os europeus já faziam em escala industrial em suas colônias. Trata-se de uma risca de giz no chão para dividir o colonialismo europeu e as formas de relacionamento estabelecidas entre a China e o continente africano, principalmente desde 2000.

Como já posto um novo despertar anticolonial africano está ocorrendo. Mais, sob os auspícios de uma crescente presença econômica chinesa na região. Narrativas ocidentais de “neocolonialismo” e “debt trap” são frequentes e se transformaram em senso comum nas discussões sobre o tema. O que não se percebe é que até a disposição das infraestruturas construídas pelos chineses na África não obedece à lógica de “corredores de exportação” e se assemelham mais a investimentos voltados a unificar mercados internos e inaugurar formas superiores de divisão social do trabalho.

Os esquemas dos investimentos em infraestruturas chinesas na África cada vez mais obedecem a uma lógica de conexão com a formação de indústrias. Não se trata de uma benevolência chinesa; algo que não existe no mundo real. Trata-se de crescentes exigências por parte de seus parceiros africanos a necessidade de relacionar investimentos em infraestruturas com industrialização, instalação de zonas econômicas especiais e agregar valor de matérias-primas na própria África. Vejamos alguns exemplos.

O caso da ferrovia Addis Ababa-Djibouti. Em 2016, o governo chinês orientar suas empresas públicas e não públicas a instalarem plantas industriais e zonas econômicas especiais em torno desta ferrovia. Parques industriais foram instalados em Hawassa, Dire Dawa, Kombolcha e Adama. As periferias próximas da referida capital etíope estão repletas de instalações industriais chinesas.

Acordos semelhantes foram assinados com o Quênia no sentido de transformar o entorno da ferrovia Mombasa-Nairobi em um grande cluster industrial. A tendência deste tipo de operação é a de se espalhar. Isso por conta de uma moção conjunta dos líderes africanos à China em 2022 no sentido de ampliar as relações econômicas no rumo da industrialização do continente. A resposta chinesa veio em 2023 com o lançamento da Iniciativa Para a Industrialização Africana com resultados já claros e demarcatórios em relação ao que colonialismo europeu.

O caso do Zimbábue, um dos países mais sancionados do mundo, é paradigmático das relações internacionais de novo tipo que a China tem desenvolvido. O país asiático anunciou investimentos da ordem de US\$ 2,7 bilhões em uma planta industrial de exploração e processamento de lítio. Bom lembrar que, num gesto de afirmação nacional de independência, em 2022 o Zimbábue proibiu a exportação de lítio in natura o que levou o governo chinês a se adaptar a novas regras impostas pela referida nação africana.

Por fim, algumas palavras sobre o mito do “debt trap” (“armadilha da dívida”). A nosso ver existem três problemas com essa narrativa. O primeiro problema é que esse mito pressupõe que a China tem amplos poderes para impor, de forma unilateral, a forma de funcionamento dos projetos envolvendo os projetos da Iniciativa do Cinturão e da Rota com intenção de obrigar os signatários a aceitarem esses empréstimos predatórios. Na realidade, o financiamento chinês para o desenvolvimento é, em grande parte, orientado por acordos bilaterais; convergindo a uma constatação que relaciona a adaptação chinesa a projetos nacionais autônomos. Na verdade, os projetos de infraestrutura são determinados pelo país beneficiário, não pela China, com base em seus próprios interesses econômicos e políticos.

O segundo problema está na suposição de que é um princípio político chinês conceder empréstimos predatórios com termos e condições onerosos aos países receptores. Na realidade, a China costuma conceder empréstimos a taxas de juros mais baixas do que as praticadas por instituições como o FMI e o Banco Mundial. E a tendência, empiricamente comprovada é a de que, de forma repetida, a China se dispõe a reestruturar os termos dos empréstimos. O fato é que em agosto de 2022, o governo chinês anunciou que estava perdendo 23 empréstimos sem juros em 17 países africanos. Antes disso, entre 2000 e 2019, a China também havia reestruturado um total de US\$ 15 bilhões em dívidas e perdoado US\$ 3,4 bilhões em empréstimos concedidos a países africanos.

A terceira questão reside no fato de a China nunca ter confiscado um ativo de um país em razão do não pagamento de suas dívidas. Casos propalados como os ocorridos no Sri Lanka, Zâmbia e Quênia – três países que entraram em default – já foram devidamente desmentidos por uma série de artigos e pesquisas notadamente as capitaneadas pela professora Deborah Brautigam.

Encerramos dizendo que sim, as relações entre a China e a África stão longe de serem um mar de rosas onde inexiste a contradição. Mas como nos ensina a própria filosofia fina alemã, a contradição move o processo. No caso, as duas partes ao conseguirem saltar de um desequilíbrio a outro em suas relações poderão legar ao mundo o que já dito aqui. Relações internacionais de novo tipo.

DESAFIOS ALIMENTARES NA ÁFRICA SUBSAARIANA (ASS)

Por Georges Flexor

Karina Kato

Nelson Delgado

A segurança alimentar é um desafio considerável para os países africanos. Segundo a FAO, no Estado da Segurança Alimentar no Mundo - 2023, a subnutrição atingiu 22,5% na ASS em 2022, acima da média mundial (9,2%). Isso esconde, no entanto, uma grande heterogeneidade. No Oeste e no Sul da África a subnutrição atingiu 14,6% e 11,2%, respectivamente, inferior ao Leste (28,5%) e ao Centro (29,1%). Há, também, diferenças intrarregionais. No Senegal ou no Camarões, a subnutrição é inferior a 7%. Na Libéria ou na Guiné Bissau ela é superior a 38%. A heterogeneidade de situações caracteriza igualmente o Centro e o Leste da África. Na República Centro Africana e na Somália, quase 50% da população sofre de subnutrição, cifra superior à Etiópia (21,9%), ao Quênia (27,8%) ou à Tanzânia (23,5%).

A reflexão sobre o estado da insegurança alimentar na ASS e seus desdobramentos na geopolítica alimentar global e na instabilidade política do continente, requer que consideremos a diversidade das situações sem, no entanto, perder de vista de que se trata de uma questão que aflige este continente mais do que qualquer outro. Esses desafios se intensificarão nas próximas décadas. Tanto os fatores de demanda como os de oferta apontam para uma situação alimentar mais complexa, incerta e desafiadora.

A dinâmica demográfica é a força mais visível e comentada nas reflexões sobre os desafios alimentares africanos e suas consequências geopolíticas. A população do continente, segundo as Nações Unidas, é de quase 1,5 bilhões de habitantes em 2024. Em 2050 deve aproximar os 2,5 bilhões e projeta-se que chegará próximo aos 4 bilhões no fim do século. A título de comparação, a população mundial hoje é estimada em 8,12 bilhões e espera-se que alcance os 10,2 bilhões em 2100. Assim sendo, o crescimento populacional neste século ocorrerá fundamentalmente por causa da dinâmica demográfica africana. A população da ASS que hoje é de 1,25 bilhões chegará a 3,4 bilhões no fim do século (aumento de 170%).

Essa dinâmica demográfica será acompanhada de intensa urbanização. Atualmente, mais de 45% da população do continente é urbana. Em 2050, estima-se que chegará a 60%, com elevação até o fim do século. Segundo o Instituto Internacional para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 2100, 13 das 20 maiores megacidades do mundo estarão na África, 11 delas na ASS. Lagos, na Nigéria, será a maior delas com 88,3 milhões de habitantes, seguida por Kinshasa, na República Democrática do Congo (83,5 milhões), e por Dar el Salaam, na Tanzânia (73,7 milhões). Neste contexto, a questão da segurança alimentar na ASS coloca-se como um dos principais desafios humanos do século XXI.

Quais são as perspectivas do lado da oferta de alimentos? O continente é importador líquido de alimentos. A dependência deverá crescer nas próximas décadas, requerendo investimentos em infraestruturas logísticas – portuárias, ferroviárias e rodoviárias – para garantir o acesso do continente aos mercados mundiais. A dependência alimentar faz com que muitos países africanos sejam afetados pela volatilidade dos preços, seja em consequência de secas, de conflitos armados como na Ucrânia ou de políticas de restrições às exportações, como as adotadas pela Índia, o maior exportador mundial de arroz. A geopolítica mundial e as mudanças climáticas tornam-se cada vez mais fatores chave da segurança alimentar da ASS, com a instabilidade política mundial e a volatilidade dos mercados globais impactando negativamente as condições de vida de milhares de pessoas e alimentando novas fontes de conflitos e de instabilidades.

Iniciativas de empresas, ONGs, organizações internacionais e governos têm visado à ampliação da produtividade da agricultura africana e a sua transformação no novo “celeiro do mundo”, como alardeiam a Aliança para a Revolução Verde na África (F. Bill e Melinda Gates e F. Rockefeller), o Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola da União Africana e o Sustaina do Banco Mundial. Por exemplo, se a produtividade média do milho na ASS é de 2,1 mil ton por hectares em 2023, na América Latina ela é três vezes maior e na América do Norte cinco. A falta de insumos adequados afeta também a produção de alimentos fundamentais para a segurança alimentar como o milhete ou a mandioca. Em outras palavras, o uso de melhores cultivares e técnicas mais apropriadas poderiam garantir rápidos ganhos de produtividade e a segurança alimentar de centenas de milhões de pessoas.

As críticas a esses programas ressaltam seu foco nos produtos de exportação, sua baixa adaptação aos sistemas de produção locais e às lógicas reprodutivas econômicas e sociais dos camponeses e seus riscos ambientais. Salientam que, embora

possam beneficiar um segmento de produtores (capitalizados, com maiores propriedades e voltados à exportação), esses programas são inadequados para o universo dos agricultores africanos.

Não obstante a constatação de que a agricultura é, ainda hoje, o setor que mais emprega - respondendo por 52% do emprego em 2020 na ASS, segundo o Banco Mundial -, estudos do Observatório do Mundo Rural (de Moçambique) apontam que historicamente a agricultura camponesa e a produção de alimentos para o mercado interno seguem secundarizadas pelos governos da ASS. A aposta dos Estados nos projetos extrativos (energéticos, minerais e agrícolas), por outro lado, amplia os conflitos e as disputas por terras com a agricultura. Nas últimas décadas, com o aumento dos preços das commodities, boa parte dos países africanos foram alvo de uma corrida por terras para a produção de commodities agrícolas, energéticas e minerais, conforme atesta o Land Matrix (2024). A concessão de terras e a priorização dos projetos extrativos têm levado, não raro, ao aumento de conflitos regionais, ao deslocamento de comunidades (reassentamentos) e à migração de populações.

A segurança alimentar coloca-se, portanto, como um dos principais desafios da ASS no século XXI e suas possibilidades dependerão da combinação de fatores internos, da geopolítica mundial e das mudanças climáticas. Pesa contra essas possibilidades a omissão dos Estados africanos no apoio à produção de alimentos, de modo a promover a transformação da base produtiva e tecnológica da agricultura, ampliar a produtividade, melhorar o padrão de vida e reforçar a soberania alimentar. Para além de infraestruturas e mercados, isso requer iniciativas de integração econômica, investimentos na melhoria dos sistemas de produção agrícola e no fomento de sistemas de produção de alimentos mais diversificados e adaptados aos contextos locais e a aposta em jovens e mulheres, atores centrais na agricultura africana.

A “MULTIPOLARIDADE”: UMA DISPUTA VIOLENTA E INDEFINIDA.

Por José Luís Fiori

É muito comum ouvir políticos e analistas internacionais afirmarem que o sistema internacional está transitando de uma “ordem mundial unipolar e globalizada” para uma nova “ordem mundial multipolar e desglobalizada”.

Mas esta equação aparentemente simples esconde uma enorme complexidade, porque a palavra “transição” sugere linearidade, direção e conhecimento do lugar de onde se está partindo e do lugar para onde se está indo, e hoje não está claro nem o ponto em que se encontra a transformação do sistema mundial, nem muito menos o que viria a ser uma nova ordem mundial multipolar.

Com relação ao ponto de partida dessa “transição”, o que se pode dizer é que estamos assistindo a um processo de implosão, fragmentação e decomposição de uma ordem estabelecida, e esse processo está se dando de forma desordenada e conflitiva. O mundo não está no fim de uma guerra com ganhadores claros; pelo contrário, está no meio de duas guerras, sem perspectiva de acabar, envolvendo múltiplos atores, em pleno combate, e sem nenhuma disposição de negociar a paz. Em termos muito amplos, pode-se dizer que, de um lado, se encontram várias potências regionais em “ascensão”, e de outro, o bloco das “potências ocidentais” que resistem a dar passagem a essas novas potências regionais ou globais, e não se dispõem a abrir mão da supremacia mundial que conquistaram e exerceram nos últimos 300 anos, pelo menos. Esse enfrentamento está se dando de forma cada vez mais direta e violenta, sem regras ou grandes preocupações com a ética internacional, e sem respeito às “regras” da “economia de mercado”, através da guerra, ou através da manipulação política da moeda, das finanças e da concorrência econômica.

Não estamos vivendo um momento de vitória e submissão, nem de negociação e acordo entre países que competem entre si e que se dispõem a negociar uma nova ordenação hierárquica do poder mundial. Pelo contrário, o mundo está em plena conflagração e nenhum país ou conjunto de países tem hoje capacidade de impor sua vontade sobre o resto do mundo, e não existe o menor consenso sobre eventuais caminhos de negociação, por mais que os líderes das grandes potências mundiais falem da necessidade de uma nova

ordem mundial. O que existe de fato é guerra, militarização, decomposição econômica e crise social, e uma perda generalizada das referências éticas construídas pelo Ocidente nos últimos séculos. Sobretudo depois que os Estados Unidos e seus aliados europeus caíram prisioneiros da armadilha que eles mesmos montaram na Palestina, sendo obrigados a armar e sustentar o Estado de Israel, mesmo sabendo do genocídio que está sendo praticado contra o povo palestino na Faixa de Gaza. Uma armadilha que vem corroendo a ideia da “excepcionalidade moral” do Ocidente, e erodindo os fundamentos éticos de sua hegemonia cultural dentro do sistema internacional.

No entanto, com relação ao “ponto de chegada” dessa “transição”, não existe o menor consenso nem a menor ideia do que seja ou do que poderá vir a ser exatamente uma nova “ordem mundial multipolar”. O único que sabemos do ponto de vista puramente formal é que uma ordem multipolar não deverá ser igual à uma ordem “bipolar” como a que vigorou durante a Guerra Fria, entre 1945 e 1991; nem deverá ser igual à ordem “unipolar”, que vigorou depois do fim da União Soviética, e da vitória norte-americana na Guerra do Golfo, em 1991/92. Mas não dá para ir muito além desta especulação formal sem conhecer o resultado das guerras que estão em curso, e sem poder definir quais serão os membros do “clube das grandes potências” dessa nova ordem multipolar. Ninguém duvida de que este clube incluirá, pelo menos, EUA, China, Rússia, Índia e, talvez, uma União Europeia modificada, militarizada e recentralizada a partir da Alemanha. Ainda assim, não se sabe se haverá hierarquia e qual será, entre esses países? Se haverá alguma hegemonia interna, ou se todos aceitariam uma configuração horizontal entre poderes considerados equivalentes e equipotentes? É bem possível que esta nova ordenação mundial fosse “mais democrática” do que a ordem unipolar que está sendo destruída, mas não há garantia de que não se transforme rapidamente numa “ordem oligopólica”, monopolizada por um grupo de no máximo seis ou sete grandes potências. Assim mesmo, não é impossível imaginar que pudesse haver também um pacto ou entente entre os Estados Unidos e a China, as duas maiores potências do grupo, desde que elas conseguissem administrar suas divergências e competição à morte, no campo tecnológico. Neste caso, o mundo poderia estar se aproximando da hipótese clássica de Karl Kautsky sobre a possibilidade de um “superimperialismo”, como aconteceu com os deuses pacificados por Júpiter após serem reclusos no Olimpo. De qualquer maneira, mesmo no plano puramente hipotético, é muito pouco provável que isto pudesse acontecer, considerando o grau e a intensidade da competição atual entre as duas superpotências.

Tudo isto são especulações, obviamente, porque é impossível prever o que acontecerá. Mas uma coisa é absolutamente certa: é impossível que o mundo transite de forma pacífica e harmoniosa na direção desta multipolaridade. Pelo contrário, o que se vê pela frente é uma disputa sem fronteiras e sem limites de nenhum tipo entre potências em ascensão e um grupo de outras potências que dominaram o mundo nos últimos três séculos e que não querem abrir mão de seu poder mundial. Neste quadro, não há a menor possibilidade que ocorra algo do tipo que algumas teorias chamam de “transição hegemônica”, com substituição regular e periódica de uma potência líder por outra que assumiria o comando econômico e militar do mundo, em lugar de sua predecessora. A China não tem pretensão nem deve assumir um lugar igual ao que é ocupado hoje pelos Estados Unidos dentro do sistema mundial, e a Rússia e a Índia não têm esta pretensão, nem dispõem dos recursos para exercer a função de “polícia militar” do mundo. Mas com certeza, nenhum desses países, e vários outros, como Irã, Turquia, Indonésia, Brasil e África do Sul, não estão dispostos a seguir aceitando o arbítrio das antigas potências ocidentais.

Balanço feito, o certo é que não há o menor espaço e disposição de negociação entre as grandes potências, muito pelo contrário. Por outro lado, não há o menor espaço para uma “guerra mundial” que não venha a ser atômica, e por isso o mais provável é que ela siga sendo transferida ou protelada. O mundo está mudando numa velocidade muito grande, e a ordem mundial do pós-Guerra Fria chegou ao fim. Mas o “Ocidente” deve resistir, e tem poder para tanto; e seja como for, permanecerá dentro do sistema mundial como um dos seus polos mais poderosos do ponto de vista econômico, tecnológico e militar.

Nesta hora, olhando para o futuro, o que o se consegue ver, para além dos conflitos imediatos, é um mundo atravessando um período muito longo de turbulência, instabilidade e imprevisibilidade, com uma sucessão de conflitos e guerras locais. E se for isto que se está chamando de “transição para a multipolaridade”, então é melhor “apertar os cintos”, porque a trepidação vai ser intensa, e deve se prolongar por muitos anos ou décadas. De qualquer maneira, durante este tempo de trepidação, que pode se prolongar até a segunda metade do século XXI, a defesa da multipolaridade será cada vez mais a bandeira dos países e dos povos que se insurgem neste momento contra a o imperium militar global exercido pelo Ocidente, durante os últimos 300 anos da história da Humanidade, mesmo que não saibam exatamente, neste momento, o que virá a ser esta ordem multipolar do futuro.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº5 - Maio/2024